

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

MARLINDA OLIVEIRA COSTA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CAUSAS DA EVASÃO NA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “MARIA DA ENCARNAÇÃO”, NA
VISÃO DO ALUNO E DO PROFESSOR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada Plena em Pedagogia. Orientadora: Prof^a. Dra. Eula Regina Lima Nascimento.

**CASTANHAL/PARÁ
Agosto-2015**

MARLINDA OLIVEIRA COSTA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CAUSAS DA EVASÃO NA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “MARIA DA ENCARNAÇÃO” NA
VISÃO DO ALUNO E DO PROFESSOR**

Banca examinadora:

DR^a EULA REGINA LIMA NASCIMENTO/ORIENTADORA

PROF. DR.. JOÃO BATISTA SANTIAGO RAMOS

1º Examinador

PROF. ILDETE FALÇÃO

2º Examinador

CASTANHAL/PARÁ
Agosto-2015

DEDICATÓRIA

A meus queridos e amados pais Arlindo e Nazaré pelo apoio e amor incondicional.

Aos meus amados filhos Thiago e Thais, que foram e continuam sendo o incentivo, a motivação e a inspiração que preciso para continuar nesta jornada, que não termina aqui.

Aos meus irmãos/ irmãs Robson, Leila, Kátia e Ronaldo que sempre me apoiaram incondicionalmente.

Aos meus sobrinhos/sobrinhas Alan, André, Aline, Antonio Neto, Amanda, Ronald, Renata, Layana, Luís Neto, Luisa, Carlos Augusto (sobrinho de coração) e ao meu afilhado Lucas, tão presentes na minha vida.

À Dona Valéria (*in memória*) pelos incentivos, ao meu primo Franço (*in memória*) por sempre ter acreditado na minha vitória.

Às minhas companheiras de equipe Paula e Vitória e a minha amiga de todas as horas Jéssica Lima pelo seu carinho e atenção a mim dedicados durante estes quase cinco anos de faculdade.

A todos os meus parentes e amigos, pelos incentivos e por sempre acreditarem na minha vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por estes quatro anos e meio que estive comigo, a cada hora da minha vida, árdua batalha para apreender e assimilar os ensinamentos recebidos, pelas madrugadas que passei em claro, pelas vezes que renovastes minha força quando o desânimo se abateu sobre mim, todo agradecimento seria muito pouco. Fostes luz nos dias escuros, mantendo-me firme na conclusão de provas e trabalhos.

Quero Deus, agora que deixei de ser acadêmica para ser profissional, mais uma vez pedir Vossa orientação para alcançar a vitória, coragem para enfrentar os obstáculos, sabedoria para compreender os seres humanos e perseverança para estar tão somente a serviço da alma, cultivá-la onde ela se encontra. Rogo para que continues comigo, que agora seguirei meu caminho, abrindo novos horizontes, dando-me sensibilidade e sagacidade para o pleno exercício da minha profissão.

Aos meus pais, que nunca mediram esforços para me ajudar em tudo, principalmente nos cuidados com os meus filhos, me dando tranquilidade para que eu pudesse terminar e realizar meu sonho, fazendo dos meus sonhos os seus, há eles minha eterna gratidão.

Aos meus filhos Thiago e Thais, por me compreenderem nos momentos em que estava cansada e desanimada, me incentivando e dando tranquilidade com suas palavras de carinho e incentivo, a eles somente tenho a agradecer!

Aos meus familiares que sempre torceram por mim, me dando forças nos momentos mais difíceis da minha vida.

Aos meus companheiros desses quase cinco anos de estudos minha querida turma da Pedagogia 2011, com vocês sorri, chorei e aprendi que nunca é tarde pra correr atrás dos nossos sonhos, obrigada pela força, vocês sempre vão ser lembrados por mim.

As minhas colegas de turma Jéssica Lima, Paula, Vitória e Raiane. sem vocês nada disso seria possível, obrigada por me ampararem nas horas complicadas da minha vida particular e acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer a Carolzinha e a Suanara, pessoas que passaram pela minha vida acadêmica e deixaram lembranças boas, vocês também fazem parte da minha vitória.

Agradeço a todos os alunos, professores, direção e demais profissionais da Escola Maria da Encarnação pela grande contribuição dada a minha pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho, que me compreenderam nos momentos difíceis, dando-me forças e incentivos para a conclusão da minha graduação a vocês da Escola Latif Jatene, minha eterna gratidão, vocês moram e sempre vão morar no meu coração.

Aos professores da Faculdade de Pedagogia, pelos ensinamentos e atenção a mim dispensados, a todos os funcionários da UFPA/Castanhal, pelo respeito e atenção quando deles precisei. Muito Obrigada.

À professora Eula Regina, pessoa de uma enorme paciência e de um coração grandioso, que nos momentos em que precisei de suas orientações, de uma palavra, sempre se prontificou, não se negando em nenhum momento em ajudar-me; dando-me forças e dizendo sempre: vamos lá. Muito obrigada de coração, que Deus lhe abençoe e a conserve sempre com esse seu jeito encantador e motivador. Obrigada maravilhosa.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa versa sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), trata da evasão escolar tendo como lócus a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora “Maria da Encarnação” objetivou averiguar as causas que levam os educandos a se evadir de uma turma de III Etapa. Investigação de cunho qualitativo, teve como suporte autores como: Freire (1980), Romanelli (1990), Gadotti (2001), Paro (2000) dentre outros, bem como discorre sobre as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 4024/61, 5692/71, 9394/96, enquanto marcos legais relevantes para contextualizar e refletir sobre a temática no Brasil, especialmente a partir das compreensões dos diferentes atores (dois (02) alunos e quatro (04) professores) pedagógicos sujeitos atuantes na EJA, que foram escutados através de dois instrumentos de coleta de dados: a entrevista semi estruturada para os educandos e o questionário para os educadores que foram transcritas e analisadas. Os dados apontam que os motivos que levam os educandos a se evadir estão relacionados aos problemas sociais, econômicos, políticos como fatores principais na efetivação desta problemática.

PALAVRAS CHAVE: Educação de Jovens e Adultos, evasão, distorção idade série.

LISTA DE SIGLAS

ABC – Ação Básica Cristã

CEAA- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CEPLAR- Campanha de Educação Popular

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

IDH- Índice de desenvolvimento Humano

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCP - Movimento de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Educação

PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEMED – Secretária Municipal de Educação

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço de apoio á indústria

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO DA CAPA: Vista frontal da escola Maria da Encarnação.

GRÁFICO Nº 1: Taxa de evasão e distorção idade série do Brasil e do Pará no ano de 2010.

GRÁFICO Nº 2: Demonstrativo do Percentual sobre evasão zona urbana e zona rural 2011 a 2014.

GRÁFICO Nº 3: Alunos evadidos de I a IV etapas da Escola Maria da Encarnação de 2012 a 2014.

GRAFICO Nº 4: O que levou os alunos evadidos a frequentar a Educação de Jovens e Adultos.

GRAFICO Nº 5: As causas da evasão segundo os professores.

GRAFICO Nº6: Demonstrativo do percentual sobre a evasão zona urbana dos anos de 2011 a 2014.

TABELA Nº 1: Taxa de evasão e distorção idade série no Brasil.

TABELA Nº 2: Matrícula inicial + transferência recebida (mat.efet) zona urbana e zona rural.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	09
INTRODUÇÃO	11
SEÇÃO I	15
EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	16
1.1 Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil.....	21
1.2 Conceituando o termo “EJA” Educação de Jovens e Adultos	26
1.3 Bases Legais da EJA	27
SEÇÃO II	30
A EVASÃO NO CONTEXTO NACIONAL E MUNICIPAL	30
2.1 Considerações sobre evasão	30
2.2 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Castanhal	34
2.3 A Evasão na Educação de Jovens e Adultos em Castanhal.....	36
SEÇÃO III	39
A EVASÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “MARIA DA ENCARNAÇÃO”	40
3.1 Locus da pesquisa.....	40
3.1.1 Estrutura física da escola.....	41
3.2 A EJA e as causas da evasão na visão dos evadidos	42
3.3 Causas da evasão na visão dos docentes	48
3.4 Contribuições da SEMED em relação à EJA e as causas da evasão	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	67

INTRODUÇÃO

Da inquietação, observação e vivência diária, no ambiente escolar, no qual trabalho como auxiliar administrativo há oito anos, em uma escola no Município de Castanhal, surgiu o projeto de pesquisa que por sua vez suscitou o Trabalho de Conclusão de Curso, com a pesquisa denominada Educação de Jovens e Adultos: causas da Evasão na Escola “Maria da Encarnação”, visão do Aluno e do Professor.

Como já falamos, foi a partir da própria vivência com esta modalidade de ensino, também da nossa inquietação em acompanhar tantos alunos iniciarem o ano letivo e não terminarem surgiu assim a curiosidade em saber os porquês dessa grande evasão. Por isso ao longo desta pesquisa buscamos conhecer e analisar os motivos que levam os alunos a evadir do ambiente escolar, tentando conhecer os principais problemas enfrentados na EJA, ao mesmo tempo refletindo sobre as causas da evasão nesta modalidade de ensino, bem como analisando os avanços e retrocessos da educação brasileira.

Portanto, o objetivo maior desse trabalho foi problematizar essa questão, para que com isso, as descobertas das causas passem a ser um fator que venha contribuir no processo de prevenção dessa problemática, visto que essa questão ainda é considerada por alguns, como consequência normal da educação, fato que vem a nos preocupar.

A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa. Sobre esse tipo de pesquisa, Lucke e André (1986) afirmam que:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador com o seu principal instrumento e que, a mesma supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada via de regra, através do trabalho intensivo de campo (1986, p.11).

Ainda na perspectiva da pesquisa qualitativa que orienta esta investigação, optei pela aplicação dos pressupostos do estudo de caso, já que suas características fornecem a possibilidade de descobrir, descrever a realidade de maneira completa e profunda, entender e interpretar de forma contextualizada e analisar uma situação de forma distinta, a partir da relação entre os sujeitos envolvidos no processo.

E estas características dialogam com nossa intenção de buscar compreender a realidade presente na Educação de Jovens e Adultos, esta modalidade de ensino que necessita tanto de

metodologias de ensino inovadoras quanto de professores criativos, críticos capazes de procurar da melhor maneira possível desenvolverem seu trabalho fazendo com que o aluno possa participar e sentir-se mais seguro e a vontade para opinar e idealizar.

Nesta pesquisa contamos com a contribuição da Direção da escola, de dois professores da EJA de quatro alunos evadidos, dessa modalidade em 2014. A realização teve como lócus a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria da Encarnação, em Castanhal, em uma turma da II etapa da EJA, no horário noturno.

Devido limitação de tempo e a não permissão dos professores não podemos gravar a entrevista, portanto foi utilizado um questionário com perguntas semiestruturadas, que foi respondido por eles e entregue a nós posteriormente. Os alunos ao contrário dos professores permitiram a gravação da entrevista, que depois foram por nós transcritas e analisadas. Também foi nos fornecido dados da escola e da Secretária Municipal de Educação que foram por nós analisados, sintetizados e depois utilizados nessa pesquisa.

E, para embasar com maior ênfase nossa pesquisa tivemos contato com a Coordenadora da EJA em Castanhal, que nos respondeu um questionário elaborado por nós, com perguntas semiestruturadas, que nos foi respondido e enviado por *email*.

Cabe destacar que optamos por identificar os sujeitos da pesquisa com codinomes como: Antonio, Maria, João, Luisa entre outros, para garantir o anonimato destes e propor a generalização das respostas que representam o pensamento dos demais sujeitos que compõem a escola.

Tendo como subsídios o referencial teórico de autores como Freire(1972), Paro(2000), Romanelli(1996), Gadotti(2001), Cury(2000) dentre outros, com leituras sugeridas pela nossa orientadora, professora Eula Nascimento, que iniciamos esta produção em três seções. Definindo e sistematizando os mesmos no presente trabalho.

A primeira seção, aborda brevemente o contexto histórico da educação brasileira, passando pela colonização até os dias atuais, a contextualização abarca a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e suas bases legais destacando as Leis nº 4.024/61, nº 5.692/71 e nº 9394/96 que esta em vigor.

Neste levantamento histórico é discutível o descaso em relação a essa modalidade de ensino (EJA), também na década de 90, quando o atendimento da educação pública passa a ser quase exclusivo no ensino fundamental, com dicotomia entre as bases legais e a prática no chão da escola.

A seção II apresenta, considerações sobre a Evasão/exclusão refletindo se o peso que esse termo tem sobre o aluno, apresentando também o quadro da situação macro e local sobre o atendimento da Educação de Jovens e Adultos, e as taxas de evasão no contexto nacional e municipal.

Nesta seção, são evidenciados dados que retratam a coleta realizada, mostrando a situação atual da Educação brasileira e municipal, com dados sobre a evasão e distorção idade série no Brasil, com destaque para o Pará, mostrando-nos que os índices continuam preocupantes, a nível municipal temos gráficos que nos revelam que a evasão diminuiu no município, porém vimos que a procura por essa modalidade de ensino também sofre quedas significativas no decorrer dos anos, comprovando que o problema brasileiro, se reflete nos problemas municipais quando nos referimos a educação, com foco em especial na evasão.

A seção III apresenta os dados coletados via pesquisa de campo efetuada na III etapa da EJA, na escola “Maria da Encarnação”, situada no município de Castanhal, onde são evidenciados relatos dos alunos evadidos em 2014, professores da III etapa, da direção da escola, como também da Coordenadora da EJA no município, referente a Educação de Jovens e Adultos e as causas que levam a evasão.

Nesta seção, ainda pontuamos questionamentos que consideramos pontos-chave para a pesquisa, que nos possibilitaram uma maior investigação de fatores considerados como fortes influenciadores da evasão dos educandos da EJA. Dentre eles estão: a formação continuada para os profissionais, Plano específico e metodologia adequadas, a situação econômica dos alunos; e as políticas educacionais.

Procuramos ainda apresentar uma síntese da pesquisa realizada, tendo a preocupação de dialogar com o referencial teórico, levantar reflexões e elucidar que as causas estão evidentes, e possivelmente o comprometimento de pessoas e políticas comprometidas com a educação de qualidade, será capaz de mobilizar um novo pensar e agir sobre a mesma.

Por fim, somente a leitura e análise do trabalho, poderão avaliar sua importância, entretanto, acreditamos que dentro dos obstáculos encontrados por nós, por questões que fugiram do nosso domínio, como o tempo, para efetivação do presente estudo e a dos envolvidos na pesquisa, o trabalho foi iniciado e as principais indagações respondidas, levando este a somar com outros trabalhos já existentes na área pesquisada, colocando o mesmo a disposição daqueles que ambicionarem utilizar-se para o benefício da educação, ou quem sabe, para dar continuidade neste trabalho.

“O analfabeto é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas”

Moacir Gadott

SEÇÃO I

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

“A educação influencia e é influenciada pelo momento histórico”.

Karl Max

A educação – pode-se dizer – se faz presente no processo de construção da própria humanidade. Por isso, ao falarmos em educação devemos levar em consideração o sentido amplo da palavra, como também em que contexto esta inserida.

A educação, no sentido amplo, se dá em todos os momentos de nossa vida, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano. Está inserida no 'seio' da sociedade, e acontece no cotidiano, intencional ou pré-estabelecida, pois desde os primórdios o homem vem aperfeiçoando cada vez mais seus conhecimentos, formando hábitos e cultura que perduram por gerações.

Neste sentido Monroe (1987) afirma:

A educação, em sua simples forma é encontrada nas sociedades primitivas de selvagens, de povos bárbaros. Aí não se acha escola nem método de educação conscientemente reconhecido como tal, mas somente a mais ligeira diferenciação de uma classe docente. E não obstante, é evidente a característica essencial do processo educacional – o ajustamento da criança ao seu ambiente físico e social por meio da aquisição da experiência de gerações passadas (MONROE, 1987, p.1).

A educação, no sentido restrito, acontece em instituições específicas, de forma institucionalizada, planejada, pensada e sistematizada, regida por lei, como por exemplo, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual falaremos em outro momento.

Para melhor compreendermos sobre essa educação de forma institucionalizada e como foi implantada no Brasil, vamos retroceder um pouco no tempo, para entendermos como se deu o início da educação brasileira.

A história da educação brasileira começa com a chegada dos primeiros jesuítas no Brasil em 1549, sob o comando do Padre Manoel de Nóbrega, eles tiveram grande influência na educação brasileira, foram os pioneiros responsáveis pelo convertimento dos índios, porém viram que não poderiam convertê-los a fé católica sem que eles aprendessem a ler e escrever, exercendo assim um papel fundamental na dominação desses povos, pois o intuito maior dos colonizadores não era o de educar os índios para se tornarem cidadãos, mas para torná-los dóceis e civilizados, mudando seus hábitos e idiomas, no processo conhecido como “aculturação”.

A educação do jesuíta era naturalmente a formação do homem cristão dentro das doutrinas da Igreja Católica. Para isso utilizou ideias e métodos da educação humanista, como os idiomas clássicos; mas em geral careceu do espírito dos humanistas, do sentido humano, terreno, da independência de pensamento, da função crítica, investigadora, alheia a qualquer imposição. Em lugar disso, o dogma, a doutrina da Igreja [...] de novo, o que o jesuíta trouxe, foi na maior parte, para conservar o tradicional, o antigo (LUZURIAGA, 2001, p.120).

Nesse sentido, podemos dizer que os indígenas foram obrigados a aceitar outro tipo de educação, pois a educação jesuítica era diferente da já existente na comunidade indígena, onde esta se destinava a passar os conhecimentos do mais velho às gerações mais nova.

Diante deste fato, Romanelli (1993) afirma:

As instituições educativas nascidas da necessidade de as gerações mais velhas transmitirem as mais novas os resultados de sua experiência e, também, com o objetivo de preservar e recriar esses produtos sofrem, todavia, na cultura transplantada, uma minimização de suas funções (p.23).

Essa cultura transplantada, a qual a autora se refere, é a cultura proveniente de outros países e a cultura da dominação da imposição, um modelo que na visão dominante deveria ser copiada por ter dado certo em outros países, entretanto, quando se copia a educação de outro país, estado ou município, não tem a preocupação se esse tipo de educação esta adequada com a realidade a qual essa foi inserida, como aconteceu com os indígenas.

A educação oferecida pelos jesuítas era muito excludente, pois nem todos poderiam ser beneficiados por ela, totalmente desvinculada da realidade da colônia, com uma pedagogia meramente tradicional, visando assim formar especificamente professores ou padres-mestres, pra que esses pudessem instruir seus alunos, segundo as normas do *Ratio atque Instituto*

Studiorum, (Plano de estudo), documento escrito por Inácio de Loiola, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum*.

Avançando um pouco mais na história, caracterizada pela expulsão dos jesuítas do Brasil no final do século XIX pelo Marquês de Pombal, a educação sofreu um grande retrocesso, com inúmeras dificuldades no sistema educacional, inclusive a substituição de professores.

Em 1800, com trezentos anos de existência, o Brasil, na área educacional, era simplesmente um amontoado de destroços, que tentava, em vão, recompor-se. Tudo tinha sido desmantelado por Pombal especialmente [...] (TOBIAS P.117).

Como vimos, com o desmantelamento educacional gerado, como nos diz Tobias, por Pombal, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico fora destruído, aquela estrutura educacional montada foi praticamente deixada de lado, não totalmente, apesar da reforma pombalina (reforma educacional), a igreja continuava basicamente a controlar as instituições de ensino, através da sua pedagogia, pois na educação pombalina não existia uma pedagogia própria, ou seja, um plano de ação a ser seguido, e professores capacitados a ensinar.

As aulas passaram a se ministradas por leigos, que segundo Monlevade (1997) eram “contratados” da seguinte forma:

Quem soubesse mais que os outros e quisesse lecionar, poderia procurar algum vereador da Câmara Municipal local que solicitaria do Rei a permissão para assumir a aula pretendida, em nível primário ou secundário. Obtida a licença de Lisboa, o professor achava um local ‘apropriado’, como uma sacristia de igreja ou uma sala de sua própria casa matriculava-se os alunos e recebia da Câmara um vínculo mensal oriundo de um imposto criado com esta específica finalidade, o “subsídio literário”, cobrado dos açougueiros e destilarias da cachaça, no litoral e interior da colônia. (p.24)

É lamentável que a educação brasileira tivesse chegado a esse ponto. É por isso que muitos jovens e adultos têm chegado até hoje sem saber ler e escrever, totalmente excluído, pois desde o Brasil colônia não se dá a devida importância à educação. Professores mal remunerados – e até hoje são - estrutura física precária, e nem um planejamento a se seguido existia (com exceção dos jesuítas).

Após o desmantelamento na educação gerado por Pombal, a educação só veio tomar outro rumo com a chegada ao Brasil de D. João VI, porém uma educação pra poucos, que não beneficiou muito a massa popular. Neste período houve a necessidade de implantar escolas

que viessem atender as necessidades da corte portuguesa, com isso ocorreram novas mudanças na área educacional. Neste contexto, foram implantados cursos superiores.

Os cursos superiores implantados por D. João VI, tinham caráter profissionalizante, estavam voltados como sempre para os interesses políticos e destinados, principalmente para os aristocratas. E tinha como finalidade atender as necessidades da Coroa portuguesa.

Assim nos afirma Tobias:

A finalidade, por conseguinte, da educação de D. João VI era formar, não o homem, não o brasileiro mais sim exclusivamente o profissional, sobretudo o profissional de que, então, mais urgentemente necessita: o oficial, para defender a nação, a corte e o rei: o médico, para cuidar da saúde de todos e o engenheiro, sem os quais as forças Armadas não poderiam andar e nem o rei nada fazer (TOBIAS, p.118).

Como podemos perceber, nas três fases educacionais que abordamos-jesuítica, pombalina e de D. João VI - a educação oferecida não se destinava a todas as classes, ficando de fora mulheres, crianças pobres e outros.

Veiga (1989) nos deixa bem claro essa situação quando afirma:

Tanto com o jesuíta como o Pombal e D.João VI, o pobre e a criança da classe média não tem vez; sobretudo agora consegue frequentar a escola, e por equívoco, é porque não lhe entenderam o espírito e a filosofia feitas e estruturadas só para o rico, só para uma das privilegiadas três profissões. Quanto mais inteligente forem a criança e o pai pobre, tanto mais depressa deverão abandonar a escola, que não foi feita para eles. Paradoxalmente, a escola brasileira tornou-se arapuca, oficialmente montada, para segregar e marginalizar a grande maioria do povo e da criança do Brasil (p.120-121).

Como percebemos na afirmação de Veiga, o abandono (evasão) à escola não é fato recente, ela é principalmente impulsionada pela falta de apoio e interesse público pela educação das classes populares, reforçando com isso o dualismo entre as classes, estabelecendo com isso, o poder da classe dominante.

Nenhuma reforma educacional até aqui citada, parece ter contribuído efetivamente para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural dos povos menos favorecidos, desta feita contribuiu para estabilizar interesses político econômico da corte portuguesa, da mesma forma que colabora hoje para o fortalecimento político e para o atendimento das exigências do capitalismo.

Durante esses períodos, do colonial ao imperial, pouco ou nada percebemos de uma educação voltada para os jovens e adultos, não havia com clareza uma educação voltada exclusivamente para eles, principalmente para aqueles de classe mais pobre.

Logo após a proclamação da República, a constituição de 1891 reafirmou o processo de descentralização do ensino, atribuindo assim à União a incumbência da educação superior e secundária, aos estados, a elementar e profissional.

Com isso foi reforçado a educação elitista tendo maior atenção, sendo que a elementar recebeu menor atenção. Quanto a secundária voltada para a preparação ao curso superior, ficou restrita as elites.

Reformas propostas não foram implantadas de fato, por falta de infraestrutura e do apoio das elites (oligarquia do café), que se recusam a qualquer renovação cultural, persistindo assim o sistema dual de ensino.

O período que antecedeu a revolução de 1930 foi marcado pelo acúmulo de capital decorrente das mudanças econômicas. Com a saturação do mercado mundial, a exportação e a entrada de capital tiveram uma grande queda, apesar da crise, novos caminhos foram abertos, a renda aplicada no setor agrário foi desviada para o setor industrial voltando se, para o desenvolvimento do mercado interno, ou melhor, o Brasil passou a contar com os recursos internos.

Com a mudança na economia e na política, as cidades começaram a sofrer grande crescimento demográfico, consequência do êxodo rural, causado pela industrialização, que precisou de uma grande demanda de operários, não qualificados enquanto mão de obra exigida pelas indústrias. Junto com esse desenvolvimento cresceu também as desigualdades sociais. A importação de técnicos estrangeiros para suprir as necessidades do mercado brasileiro comprometido pela guerra, o que exigia do mercado uma solução nacional. Devido toda problemática de mão de obra pouco qualificada foi criada pela lei orgânica dois tipos de ensino profissional: um mantido pelo comércio e outro pela indústria, respectivamente, com isso surgiu o Senai (Serviço de Apoio a Indústria) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

A educação passou (e passa) por várias reformas e leis de ensino, como a Lei 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a reforma do ensino superior em 1968 e do ensino de 1º e 2º grau, em 1971, que definiu a profissionalização dos alunos no ensino médio, neste período tem como marco a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, e no atual momento histórico está em vigor a Lei nº 9.394/96, daremos ênfase nessa base legal posteriormente outro item.

. Frente a este resgate histórico é possível afirmar que as limitações, do sistema educacional brasileiro são uma herança cultural consequente do descaso dos governantes em investir em uma política educacional eficaz e justa, que garanta uma educação de qualidade que possa atender a demanda escolar e que garanta a valorização do profissional da educação.

E, Havendo valorização e investimentos devidos, principalmente na base, ou seja, nas séries iniciais, acreditamos que não haveria uma distorção idade-série tão grande e a educação de Jovens e Adultos não seria tão necessária, pois com esses investimentos na base não haveria tantos Jovens e Adultos sem escolarização.

Não podemos negar, mesmo que, em passos lentos, a educação brasileira vem sofrendo alterações um tanto quanto significativa. É necessário que haja por parte dos governos o oferecimento de condições mínimas pautadas no remanejamento de estratégias políticas a fim de impedir que não somente os ricos (burguesia), mas os pobres (assalariados) tenham acesso aos direitos sociais, dentre esses a educação, sem distinção de classe social.

A década de 1990 tem peculiar importância para o sistema educacional brasileiro, no qual foram efetuadas significativas reformas que atingiram a educação, principalmente por programas implantados pelo governo.

O Estado brasileiro passou a divulgar que teria prioridade, nesta década, garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, implantando assim programas, tais como: “Acorda Brasil! Tá na hora da Escola!”, Guia do Livro Didático – 1º ao 5º ano, Aceleração da Aprendizagem e a Bolsa Família (antes chamada de Bolsa Escola). Esta última é considerada muito eficaz, pois concede as famílias um auxílio financeiro, para gozar dos direitos da bolsa, é necessário ter frequência na sala de aula de no mínimo 85%.

O PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, criado pelo Ministério da Educação em 2012, tem como principal desafio garantir que todas crianças brasileiras, da rede pública de ensino sejam alfabetizadas até os oito anos de idade, além de alfabetizar as crianças o Pnaic, promove a formação Continuada de Professores Alfabetizadores, capacitando assim os mesmos para trabalhar no programa.

Na busca pela permanência dos alunos na escola, o MEC implementou também programas de financiamento, tais como: FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, com o objetivo de manter e garantir a educação Básica de qualidade, antes denominado de FUNDEF. Outro é o PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola, e os recursos são repassados do governo federal para escolas públicas, para melhoria da infraestrutura física e pedagógica, os valores são repassados de acordo com o número de alunos matriculados no ano anterior ao repasse conforme o Censo Escolar.

Apesar desse conjunto de mudanças, muitos problemas persistem principalmente nas séries iniciais do ensino Fundamental. Com isso vimos que é necessário garantir a permanência do aluno na escola, através de uma política educacional que propicie um ensino de qualidade.

Passaremos na sequência a abordar pontos da Educação de Jovens e Adultos – EJA no qual faremos uma breve contextualização sobre essa modalidade de Ensino, que tanto necessita de políticas públicas adequadas.

1.1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NO BRASIL

Tentar historiar a educação de jovens e adultos no Brasil implicaria num risco de fracasso, pois se constitui de um universo plural de práticas formativas, estendendo-se por quase todos os domínios da vida social: ambientes escolares, família, locais de trabalho, espaços de convivência sociocultural e lazer, instituições religiosas, bem como nos meios de comunicação (HADDAD, 2000, p. 108).

Ao abordarmos a educação brasileira, nada ou quase nada falamos sobre Educação de Jovens e Adultos, porém faz-se necessário um breve retorno acerca da história da nossa educação, para podermos entender por que existem hoje muitos jovens e adultos não alfabetizados e/ou com o mínimo de escolarização, chegando aos dias atuais com uma distorção idade-série expressiva.

Atualmente no Brasil a alfabetização de jovens e adultos, é uma realidade concreta e que necessita de um estudo mais específico da conjuntura que levou esses indivíduos a condição de “analfabeto, pois se pensarmos na alfabetização de pessoas não letradas é refletir os princípios que regem sua condição de analfabeto”. Sabemos que alfabetizar jovens e adultos não é um ato apenas de ensino aprendizagem é a construção de uma perspectiva de mudança.

Partindo dessa análise, percebemos a necessidade de ser discutida hoje a Educação de jovens e Adultos. Diante deste fato, veio-nos uma inquietação para sabermos, por que muitos jovens e adultos não concluíram seus estudos na idade própria, como também, o que os levam a abandonarem seus estudos antes de terminarem o ano letivo.

Sabemos que, com a implantação do capitalismo industrial a necessidade de aprender estava voltada, ainda hoje, para as exigências que o mercado impõe mão de obra qualificada. É uma educação na maioria das vezes, voltada meramente para o trabalho pois:

Desde a segunda metade do século XIX os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita. [...] É que as exigências da sociedade industrial impunha modificações profundas na forma de si encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camada cada vez mais numerosa, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. [...] Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade de leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho (ROMANELLI, 1993, p.59).

Essa realidade é visível no nosso dia a dia, pois são bases para a educação exigida pelo mercado capitalista, apesar de que as exigências são bem maiores hoje. Todavia essa discussão não está em questão no momento.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil começou com os jesuítas na época do Brasil colônia, através da catequização das nações indígenas. A educação dada pelos jesuítas tinha preocupação com os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, constando de trabalhos manuais, ensino agrícola e, muito raramente, leitura e escrita. No período imperial (1822-1889) foram criados cursos noturnos para adultos analfabetos nas escolas públicas de educação elementar, para o sexo masculino, no município da corte. A história da educação de jovens e adultos no Brasil no período colonial se deu de forma assistemática nesta época não se constatou iniciativas governamentais significativas.

Foi somente a partir da década de 1940, que a Educação de jovens e adultos, começou a se delinear e se constituir como política educacional. Na constituição de 1934, já se fazia menção á necessidade de oferecer educação aos adultos, mas foi na década de 40 que essa modalidade de educação é vista com mais seriedade, pois o Estado precisava se fortalecer e para isso era necessário pessoas com a formação de mão de obra passa a ser exigida.

De acordo com Ribeiro:

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Nesse período a

sociedade brasileira passava por grandes transformações no processo de industrialização [...] (1999, p.19).

Algumas medidas foram tomadas, segundo os dados e o discurso oficial, para mudar o quadro lamentável que é o analfabetismo no Brasil – a partir da implantação de uma Educação de Jovens e Adultos, como isso surgiu os movimentos civis, como também oficiais. Esses movimentos lutavam contra o analfabetismo que era considerado uma doença, fato esse causado pela urbanização e industrialização ocorridas no Brasil.

As primeiras iniciativas concretas para fortalecer a Educação de Jovens e adultos, ganharam força com o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA) entre outros, firmando assim a educação de Jovens e Adultos como uma questão Nacional. Em relação a essa campanha, Paiva destaca que:

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão de obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo (PAIVA, 1987, p. 178).

Essa campanha tinha como objetivo não apenas alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo, ela atuou no meio rural e urbano, possuindo objetivos diversos, mas diretrizes comuns.

Nos anos 60 surgiram movimentos de educação e cultura popular, tais como: O Movimento de Cultura Popular (MCP), que era um movimento ligado a Prefeitura de Recife, tinha como Diretor da Divisão de Pesquisa e Coordenador do Projeto de Educação de Adultos do MCP, Paulo Freire.

O MCP tinha como objetivo alfabetizar os adultos utilizando novos métodos de aprendizagem subsidiado com recursos visuais, porém ficou restrito apenas aos estados de Recife e Rio Grande do Norte, devido á falta de recursos financeiros não foi possível levar essa proposta a outros estados. Essa proposta foi inovadora, que até hoje tem grande importância para a Educação de Jovens e Adultos. Temos que ressaltar que muitos projetos pedagógicos utilizados nas escolas hoje têm a proposta pedagógica de Paulo Freire como subsidio teórico.

Cury (2000) evidencia sobre esse paradigma que beneficiou a EJA, e beneficia até os dias atuais, da seguinte forma:

[...] a referência principal de um novo paradigma teórico e pedagógico para a EJA será a do educador pernambucano Paulo Freire. A sua proposta de alfabetização teoricamente sustentada em uma outra visão socialmente compromissada, inspirada os programas de alfabetização e de educação popular realizados no país nesse início dos anos 60 (p.49).

Por causa do Golpe Militar em 1964, o programa foi extinto pelos militares, por ser considerado uma ameaça aos seus objetivos acabando assim com o movimento, prendendo e exilando alguns de seus integrantes, dentre os quais Paulo Freire.

Outro movimento de cultura popular, foi desenvolvido pela Secretária Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte no ano de 1961, sob a denominação de “A Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler”.

O programa implementou o ensino primário, surgindo assim escolas desburocratizadas que atendiam crianças e adultos, nos bairros pobres, em escolas feitas de madeira com chão batido, cobertas de palha de coqueiro, com uma metodologia inovadora.

O Movimento de Educação de Base- MEB, foi criado em 1961, pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, com recepção organizada, principalmente nas zonas rurais, do Norte, Nordeste e Centro Oeste.

CEPLAR- Campanha de Educação Popular, foi criado também em 1961, na Paraíba, tinha como pressupostos teóricos de Paulo Freire. A realidade brasileira, principalmente a nordestina e Paraibana, era usada como tema central, tinha como objetivo o processo conscientização da realidade, usando teatros populares e círculos de cultura para conseguir essa conscientização.

O Sistema Paulo Freire de Educação chamou a atenção do governo de João Goulard (Jango), que objetivava recrutar o máximo de eleitores em favor de suas campanhas. O Sistema Paulo Freire, através de suas metodologias, conseguia alfabetizar os adultos em curto prazo, e a previsão do governo era acrescentar cinco milhões de eleitores ao corpo eleitoral em 1965, desequilibrando assim os movimentos populares existentes na época.

A partir deste contexto, o Sistema Paulo Freire, saiu do anonimato para ser adotado oficialmente, como também nacionalmente pelo governo federal, através do Plano Nacional de Alfabetização em todo o Brasil, esse plano foi interrompido com o golpe militar de 1964, assim como também, os movimentos e campanhas de alfabetização existentes na época, como o pensamento pedagógico de Paulo Freire, era da ‘conscientização’ dentro de uma Educação

libertadora, e essa forma de entender a educação fez com que o governo ditatorial se sentisse ameaçado interrompendo o programa. Desta feita,

Todos sabemos o que pretendem os “populistas” – no Brasil, como em qualquer outro país da América Latina – pela mobilização das massas: um homem é igual a um voto. E aí se enraíza todo problema, porque de acordo com a pedagogia da liberdade, preparar para a democracia não pode significar somente converter o analfabeto em leitor, condicionando-o às alternativas de um esquema de poder já existente. Uma educação deve preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho (FREIRE, 1980, p.20).

Como vimos, os políticos obcecados pelo aumento de eleitores, não perceberam que as intenções pedagógicas de Paulo Freire estavam em desconcontro com a sua. Para eles não interessavam que os analfabetos fossem conscientizados a partir de uma prática libertadora, onde pudessem exercer conscientemente seus direitos de cidadão escolhendo seus representantes que melhor atendessem suas necessidades. Na verdade, o que eles queriam mesmo é que o povo fosse apenas alfabetizados para ter direito ao voto, ficando assim analfabetos politicamente, por isso que conscientizar o povo de seus direitos era para os políticos um perigo. Foi por isso que, essa prática pedagógica de conscientização levou Paulo Freire, e outros que participaram dos movimentos de cultura e alfabetização, á prisão e ao exílio.

O governo militar “preocupado” com o analfabetismo no Brasil, permitiu a expansão da Cruzada ABC (Ação Básica Cristã), entre 1965-1967 e, depois foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A esse respeito Gadotti (2001) relata que:

O MOBRAL, como se sabe, não é o primeiro esforço alfabetizador. Mas é a primeira vez que o governo se encarrega de implantar um movimento que antes de mais nada alfabetize a força de trabalho e eleve, mesmo que por um mínimo, o seu nível de qualificação [...] e visa de forma tão explícita inculcar no operariado os valores do capitalismo autoritário (p.92).

O MOBRAL tinha como objetivo reproduzir as ideias do regime militar, estabelecendo a ordem e a moral, além de alfabetizar. Esse movimento utilizava a metodologia de Paulo Freire com uma exceção, não defendia o caráter de conscientização defendida pela pedagogia Libertadora, mas um modelo de integração ao ‘ Modelo Brasileiro ‘

ao nível das três instâncias: infraestrutura, sociedade política e sociedade civil (FREITAG, 1984, p. 93).

Freitag (1984) acrescenta:

O MOBRAL foi concebido como um sistema que visava basicamente, ao controle da população (sobretudo a rural). Em seguida, com a ‘ redemocratização ‘ (1985), a ‘ Nova República ‘, sem consultar os seus 300 mil educadores extingue o MOBRAL, e cria a Fundação Educar, com objetivos mais democráticos, mas sem os recursos de que o MOBRAL dispunha [...] (p.36).

Com a extinção do MOBRAL, e a implantação da Fundação Educar, que foi extinta 1990, a Educação de Jovens e Adultos segue outros rumos, a partir de parcerias do Ministério da Educação com estados e municípios, tendo como finalidade aumentar a oferta da Educação de Jovens e Adultos.

Porém, é na sociedade civil que as parcerias são mais significativas, pois são as que participam de programas, como: “Alfabetização Solidária” criada em 1997, onde alunos universitários se dispõem a trabalhar o analfabetismo, impulsionado pela campanha “Adote um aluno”.

Lançado em 2011, o “Programa Recomeço” foi criado pelo Ministério da Educação, é um programa que beneficia a EJA nos dias atuais, sendo um complemento da Alfabetização Solidária, tem como finalidade o repasse de verbas aos governos estaduais e municipais, de acordo com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a destinação desse dinheiro deverá ser efetuada na contratação e qualificação continuada de docentes, na aquisição de materiais didáticos/pedagógicos, como também na suplementação alimentar destinados aos alunos da EJA.

1.2 Conceituando o termo “EJA” Educação de Jovens e Adultos.

Muitas vezes, definimos erroneamente a Educação de Jovens e Adultos. Por isso antes de continuarmos nosso estudo sobre essa modalidade de ensino, é necessário conhecermos um pouco.

Educação de Jovens e Adultos (EJA), também conhecida anteriormente como Ensino Supletivo, é a modalidade de ensino que oferta através de etapas do ensino fundamental e

médio, implantada nas escolas das redes pública brasileira, adotada também por algumas escolas particulares, no qual recebe alunos que por algum motivo não conseguiram concluir seu ensino fundamental ou médio (entre os quais a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família). Na EJA o aluno estuda em etapas, cada etapa cursada em um ano corresponde a duas séries, promovendo ao jovem e adulto, a conclusão dos seus estudos, em especial aqueles maiores de 15 anos no caso do ensino fundamental e 18 anos no ensino médio, especialmente para aqueles que não tiveram a oportunidade de cursar essas séries na idade dita como “certa” e com grande distorção idade-série.

Segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72) em Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta, os termos Educação de Adultos e Educação não formal referem-se à mesma área disciplinar, teoria e prática da educação, porém com finalidades distintas.

A educação de jovens e adultos (EJA), nova denominação do ensino supletivo, caracteriza-se como uma proposta pedagógica flexível que deve considerar as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos, adquiridos a partir das vivências diárias e do mundo do trabalho. É uma modalidade diferente do ensino regular em sua estrutura, enquanto a sua metodologia, duração e própria estrutura como afirma Lima (2006).

A EJA Tem o objetivo de restaurar o direito à educação negada aos jovens e adultos, oferecendo a eles igualdade de oportunidades para a entrada e permanência no mercado de trabalho e qualificação para uma educação permanente, direito esse assegurado pela Constituição Federal, quando afirma que “a educação é um direito de todos”.

1.3 Bases Legais da EJA

Como podemos perceber a educação brasileira passou e passa por várias reformas, leis e emendas educacionais exigidas pela situação sócio político e econômico do país. Por isso, para melhor compreendermos essas reformas no que diz respeito aos avanços e retrocessos da Educação de Jovens e Adultos, abordaremos as seguintes leis: nº 4.024/61, nº 5.692/71 e nº 9394/96.

Tomando como base legal a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 20 de dezembro de 1961, pelo então presidente João Goulart, a Lei nº 4.024/61,

garante a educação como direito de todos, Cury (2000), no parecer da CNE/CEB, aborda o seguinte fato:

O ensino primário é obrigatório a partir dos 7 anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que iniciarem depois dessa idade poderão ser formados classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento (p, 19).

Na Constituição de 67 que da suporte para Lei nº 5.379/67, além de manter a *educação como direito de todos*, foi estendida a obrigatoriedade escolar até os quatorze anos, estendendo aos jovens e adultos a partir dos 15 anos, idade referência para ingressar no ensino supletivo. Devemos ressaltar que é nesta Constituição, que a obrigatoriedade do ensino primário, oferecido pelas empresas aos seus empregados, estendendo se aos seus filhos.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado pela Lei Nº 5379 de 15/12/1967, uma fundação que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo, proporcionando aos Jovens e Adultos a continuidade da sua educação escolarizada.

Porém, a EJA, só foi amparada por bases legais a partir da Lei nº 5.692/71, que atribui um capítulo para o ensino Supletivo, no qual prever a reforma do ensino do 1º e 2º grau.

Capítulo IV

Do ensino supletivo

Art.24 - O Ensino Supletivo terá por finalidade:

- a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos, que não tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Este Ensino Supletivo, segundo a Lei nº 5.692/71, poderia ser também a distância utilizando rádio, televisão, correspondência ou de forma que suprisse essa necessidade.

Com isso o Ensino Supletivo, passou a ser ministrado por qualquer escola, seja ela pública ou privada. Transformando essa forma de Ensino - o supletivo, em um verdadeiro comércio.

“Ninguém opta pela tristeza e pela miséria, ninguém é analfabeto por opção”

Paulo Freire

SEÇÃO II: A EVASÃO NO CONTEXTO NACIONAL E MUNICIPAL.

2.1. Considerações sobre a evasão.

Para podermos iniciar a nossa discussão acerca da problemática da evasão, vamos começar a partir do entendimento do próprio termo. Pois Segundo a dicionarização da língua portuguesa, a expressão possui um sentido um tanto quanto curioso que pode despertar questionamentos quando se refere à evasão de alunos da escola.

Segundo o Aurélio (2000, p.302), a palavra *evasão* expressa o ato de evadir-se, isto é, fugir a; evitar. Fugir às ocultas. 3. Fugir da prisão. 4. Sumir-se; fuga, retirada rápida e precipitada; saída, p.1 Ato ou efeito de sair, Lugar por onde se sair.

Para RIOS (2003, P.267), evasão significa escapar; evitar; fugir; desaparecer. A curiosidade de tal significado se caracteriza, quando se refere ao termo como “*fugir às ocultas*”, “*Fugir da prisão*”, pois, se tratando de educação. Pode-se questionar: o que leva nossos alunos a evadir da escola antes da conclusão dos seus estudos? Porque nossos alunos preferem fugir às ocultas sem pedir ajuda e opinião sobre essa fuga? Em algum momento os alunos se sentem aprisionados na escola a ponto de agirem como fugitivos de uma prisão? Por quê? Esses questionamentos quase nunca se destacam entre os problemas enfrentados pela escola, principalmente na modalidade de educação de jovens e adultos.

Do ponto de vista generalizado o termo evasão tem o seu significado atrelado ao contexto em que está inserido, e pode ser analisado sob o aspecto político, econômico e social. Entretanto, ao considerar essa investigação que aborda a questão da evasão com olhar direcionado a área educacional percebemos que para a maioria dos autores pesquisados o termo evasão escolar pode ser sintetizado *como o abandono da escola antes do término do ano letivo*, visto que a maioria dos estudantes evadidos deixam a escola no primeiro ou segundo semestre por se considerarem incapaz de passar de ano, isso se aplica a todos os níveis de ensino.

No entanto, no entendimento do educador Paulo Freire (1992) não há evasão escolar. Diz ele “as crianças são expulsas da escola pelo descaso dos governantes, pelo despreparo dos professores e pela ideologia elitista das escolas”. Nessa linha de pensamento, Soares (1998), diz que são essas mesmas crianças (expulsas pelo sistema escolar) que mais tarde, já como jovens ou adultos, em busca de uma vida mais digna e uma melhor oportunidade na sociedade

vão necessitar (re) tornar a escola; e infelizmente muitas dessas lhe fecharão as portas novamente, incrementando ainda mais o crítico quadro evasivo.

Atualmente, segundo Paro (2000) a utilização do termo evasão está caindo em desuso sendo gradativamente substituído pelo termo exclusão, como se fosse uma ampliação do conceito do primeiro. Para entendermos melhor, transcreveremos também a definição do termo exclusão, e conforme o Dicionário da Língua Portuguesa Larousse (2001 p. 413), diz que: [...] exclusão – 1. Ato ou efeito de excluir. 2. Método, sistema ou artifício através do qual se eliminam números, coisas ou pessoas para se chegar á determinada resolução ou conclusão.

Sendo assim, concordamos com Freire quando diz que a escola expulsa o aluno por conta de um conjunto de fatores. A lógica de *inclusão* para todos parece continuar ficando somente no papel. Daí vem-nos a curiosidade de saber de quem é a culpa se é do governo, da escola ou da sociedade, ou do próprio aluno que não aproveita a oportunidade de inclusão que lhe é oferecida findando por abandonar os estudos.

Ressaltamos que a própria definição do termo *evasão/exclusão* traz em si mesma o peso que o aluno carrega quando se vê obrigado a deixar a escola, - o estigma de se vê posto para fora – fora da escola, fora da realidade escolar, fora do sonho de uma vida com mais dignidade.

Nesta perspectiva, o termo evasão no contexto escolar, é considerado o oposto de inclusão, pois enquanto um denota um ato abortivo (de expulsar/pôr para fora), o outro demonstra uma menção acolhedora (de incluir/pôr para dentro).

A evasão escolar é um fenômeno que acontece como já falamos antes, em todos os níveis de ensino, principalmente da rede pública é um assunto que nos últimos anos tem sido motivo de discussões e debates, a respeito das atitudes que devem ser feitas para diminuir os números de alunos evadidos nas escolas. Para tanto, as reflexões sobre esse tema, leva-se em consideração a educação pública brasileira que por sua vez, apresenta deficiência em seu sistema que faz com que o aluno demonstre falta de interesse com a escola.

A evasão é um dos fatores que aumentam à distorção idade série, juntamente com a repetência escolar, excluindo do sistema de ensino as pessoas durante sua escolarização.

Quanto ao rendimento a nível nacional, percebemos que há uma variação muito grande entre Estados no que diz respeito a evasão e distorção idade série. Conforme podemos perceber na tabela abaixo.

ENSINO FUNDAMENTAL

Taxa de Evasão e distorção idade-série no Brasil								
Unidade da Federação	Taxa de evasão				Taxa de distorção Idade-série			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Brasil	4,8	4,4	3,7	3,1	27,7	22,1	23,3	23,6
Rondônia	4,5	4,2	3,4	3,3	29,9	21,62	24,6	26,9
Acre	6,3	5,5	4,7	4,3	34,9	4,6	26,7	29,1
Amazonas	9	8,8	7,7	6,6	42,1	30,6	33,9	35,8
Roraima	3,3	3,1	2,8	2,6	25,3	18,6	21	22,8
Pará	9,2	8,6	7,2	6,1	47,2	33,4	38,5	39,9
Amapá	4,7	4	3,4	3,1	30,4	22,1	25,3	27,1
Tocantins	2,7	2,5	2,1	1,9	28	19,9	22	22,8
Maranhão	6,2	5,7	4,4	4,1	40,2	26,2	29,4	30,5
Piauí	6,1	5,7	4,6	3,8	44,2	29,6	33,4	34,8
Ceará	4,8	4,3	3,5	2,9	29,3	22,4	24,8	25,5
R.G. do Norte	7,2	7,1	6,5	5,6	34,3	25,2	29,3	31,1
Paraíba	11,5	10,3	8,7	7,8	44,2	28,9	32,4	34,5
Pernambuco	10,4	8,4	6,2	4,8	38,6	28	30	29,7
Alagoas	12	10	9,1	8,7	45,7	31,2	34,1	35,4
Sergipe	7,2	6,9	5,7	5	43,6	31,3	36	37,9
Bahia	9,7	9	7,6	6,6	44,9	32,3	36,4	38,1
Minas Gerais	3,3	2,9	2,4	2	22,3	20,5	20,2	19,3
Espírito Santo	3,5	3	2,5	1,8	22,8	21,9	21,5	20,6
Rio de Janeiro	3,6	3,4	3,1	2,6	30,7	28,6	28,4	28
São Paulo	0,9	0,8	0,8	0,8	9,2	8,9	8,3	8,4
Paraná	2	2,4	2,1	2	16,4	15,6	15,4	14,8
Santa Catarina	0,8	0,8	0,8	0,8	14,5	14,8	15	15,2
R.G. do Sul	2,1	1,5	1,5	1,4	21,9	21,6	22,2	22,6
M.G. do Sul	3,8	3	2,6	2,9	27,7	24,7	24,6	27
Mato Grosso	5	4,5	2,8	1,2	25,2	22,9	20,9	18,3
Goiás	5,6	5	4,1	3,8	24,6	21,8	21,8	21,7
Distrito Federal	1,8	1,9	1,6	1,2	25	20,8	18,7	17,9

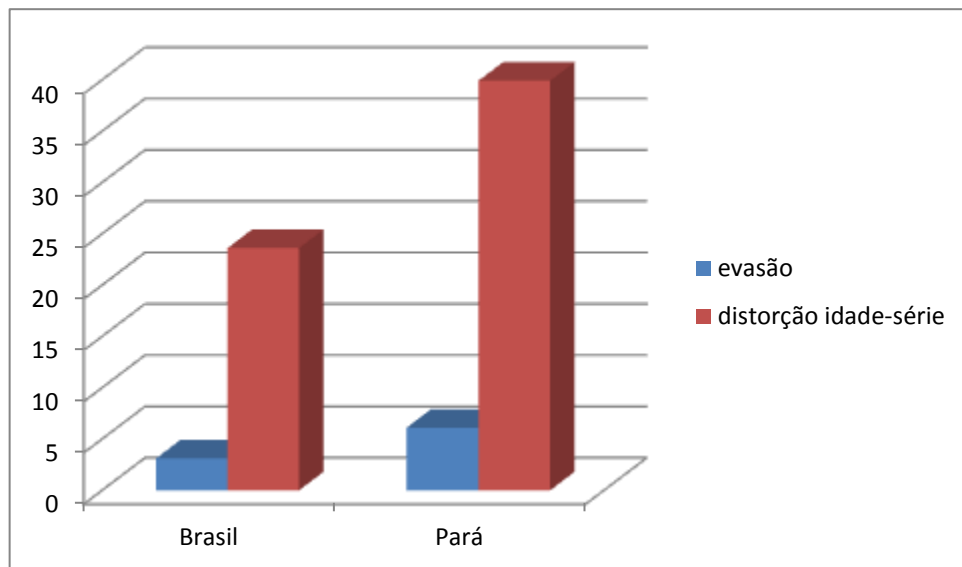
Fonte: MEC/INEP

Observando detalhadamente a tabela acima, nota-se que a taxa evasão cai em quase todos os Estados brasileiros, tendo como maior taxa de evasão o Estado de Alagoas 8,7%, porém apesar dessa taxa alta na Evasão, Alagoas teve uma queda bem significativa na distorção idade-série, em 2007 era de 45,7% chegando em 2010 com uma taxa de 35,4% uma queda de 10,3% em três anos. Nesse contexto nacional da evasão o Pará apresenta taxas

bastante altas, nos últimos anos, apesar da diminuição das taxas de 9,2% em 2007 para 6,1% em 2010, no decorrer dos anos, ele é o segundo Estado da Região Norte com altos índices de alunos evadidos, ficando a frente somente do Estado do Amazonas.

Com relação às taxas de distorção idade-série São Paulo merece destaque com a menor taxa 8,4% no ano de 2010, atrás dele temos o Estado do Paraná com uma taxa de 14,8%. O Estado do Pará, apresenta o maior índice de distorção idade série, em todo o Território Nacional com uma taxa alarmante de 39,9% de alunos com essa problemática. A distorção idade-série é preciso frisar, é o fator que leva as formações de turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Gráfico nº 01 - Taxa de Evasão e distorção idade-série do Brasil e do Pará, no ano de 2010.



Fonte: MEC/INEP Elaborado pela própria autora

O gráfico acima nos dá a ideia de que em termos de evasão, a situação do Pará encontra-se pior que a média do país. E com relação à taxa de distorção idade-série, o Estado do Pará possuía na época da pesquisa um contingente “fora de faixa” muito acima da média brasileira.

Reconhecemos que a questão da evasão é muito comum se discutida em conversas informais entre pequenos grupos de professores, diretores, coordenadores, enfim, entre todos

aqueles que lidam diretamente com a educação. Porém ainda percebe-se a escassez de pesquisas, estudos e um olhar mais audacioso e avaliativo da realidade do ensino noturno, não somente em se tratando da evasão do aluno da EJA como também o ensino de forma geral.

O ensino noturno de acordo com seu histórico, já é considerado um desafio; manter esses alunos estudando é uma conquista ainda maior, pois o perfil da clientela do ensino noturno, na sua maioria, são jovens e adultos trabalhadores e motivá-los não é uma tarefa fácil. “Estimular adultos que chegam à sala de aula depois de um dia de trabalho, que custeiam seus estudos e contribuem para a economia familiar é um desafio e tanto” (PAONE, 2003, p. 18).

2.2. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Castanhal.

Diante da impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, o número de jovens e adultos que buscam o ensino noturno em especial na Educação de Jovens e Adultos teve um aumento bastante significativo. No município de Castanhal, Nordeste paraense, esse cenário não é diferente, a EJA, na rede municipal, por força da Lei nº 9.394/96, foi implementada no atual formato, a partir de 1989, pois antes a oferta era feita apenas por Escolas da Rede Estadual, com forte característica de serem superlotadas, fazendo com que o município assumisse turmas de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas, as escolas pioneiras nessa modalidade foram: Mª da Encarnação, em 1989 com 310 alunos de I e II etapas; Emilia Gimenez, em 1990 com 285 alunos e Dr. José João em 1991 com 308 alunos de I, II e III etapas.

As escolas municipais onde foi implantada a EJA através do formato de etapas se localizavam em bairros que não tinham a oferta das Escolas Estaduais que até então tinham a Educação de Jovens e Adultos, sob sua responsabilidade, com o objetivo de oferecer oportunidades aos jovens e adultos Castanhalenses que não tiveram acesso à escola na idade própria, pois o município foi obrigado a assumir.

Hoje em Castanhal a Educação de Jovens e Adultos, tem um número significativo de alunos, tanto na zona urbana com na zona Rural.

Vejamos a tabela abaixo que vai nos mostrar os números de 2011 a 2014.

TABELA Nº 02

Matricula inicial + transferência recebida (mat.efet) Zona Urbana e Zona Rural.

ETAPAS	2011		2012		2013		2014	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Etapa	368	17	240	42	265	20	229	18
2ª Etapa	693	53	631	62	528	66	515	41
3ª Etapa	1.792	123	1.684	176	1.633	154	1.413	130
4ª Etapa	1.841	209	1.747	169	1.567	196	1.565	104
TOTAL	4.694	402	4.302	449	3.993	436	3.722	293

Fonte: **Secretaria Municipal de Educação**
Setor: **Estatística**

Ao analisarmos a tabela acima, observamos que a demanda de alunos na EJA é bastante alto, porém percebemos que ao decorrer dos anos, estamos tendo quedas bastante significativas no número de alunos, principalmente na zona rural onde a queda ultrapassa a casa dos 65%, o que também caracteriza a não abertura de turmas enquanto uma questão recorrente, não apenas no município, mas em todo país.

A fala da coordenadora da EJA do município de Castanhal contribuiu para construir essa parte do trabalho, pois ao ser entrevista, por nós sobre o seu olhar sobre essa modalidade de Ensino em Castanhal, ela esclareceu que a EJA lida com um público bastante diversificado que vai do jovem ao idoso; do trabalhador ao desempregado que procuram a EJA em busca de novas oportunidades, segundo ela é nesse contexto que: *a educação é a chave indispensável para o exercício da cidadania e para as grandes mudanças de que precisamos.*

É interessante que segundo a coordenadora a EJA em Castanhal dispõem de um Programa específico para esta modalidade que é o “Planeta Letrado”, assumi o compromisso com a sociedade ao se posicionar como uma educação que buscar a autonomia do aluno a partir do letramento, permitindo ao jovem e adulto, retomar seu potencial e suas habilidades, ainda segundo a coordenadora:

[...] desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação informal, trocar experiências e possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado, uma vez que o letramento oportuniza a busca pela continuidade dos estudos ou pela profissionalização (Coordenadora da escola).

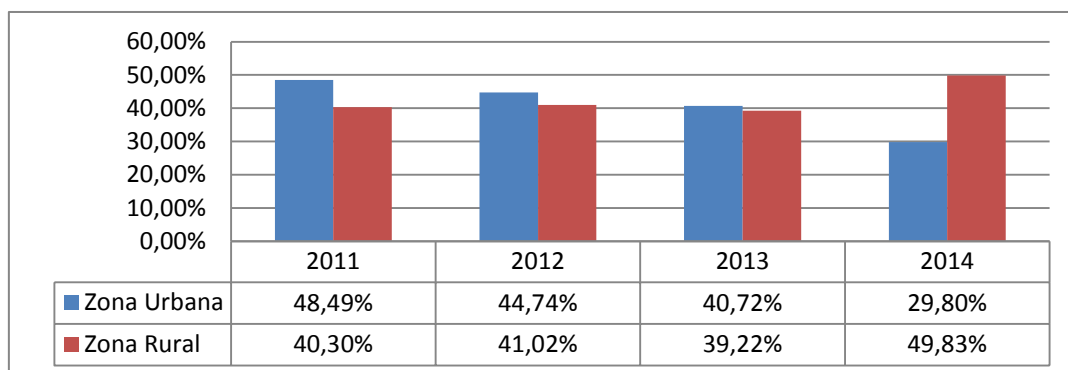
Este programa presente na EJA, em Castanhal, parece conseguir vir obtendo alguns avanços rumo à qualidade da educação, já que avanços, segundo a fala da coordenadora foram detectados desde sua implantação em 2003, conseguindo baixar os índices de evasão e aumentar o de aprovação, valido registrar que o referido programa foi premiado duas vezes a nível nacional..

2.3. A evasão na Educação de jovens e adultos em Castanhal.

A taxa de evasão no contexto nacional é bastante significativa como já pontuamos antes, essa questão se reflete em todo o contexto brasileiro. Em Castanhal não poderia ser diferente, principalmente no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos. Estes índices são preocupantes tanto na zona urbana como na zona rural. Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico n° 02

Demonstrativo do Percentual sobre a evasão zona urbana e zona rural - EJA 2011 a 2014



Fonte: **Secretaria Municipal de Educação**
Setor: **Estatística**

Analisando o gráfico acima, observamos que as taxas de evasão na zona urbana teve queda nos anos de 2011 a 2014, chegando com o índice de 29,80% em 2014, mostrando que

os índices a cada ano sofre quedas, porém na zona rural o índice continua a subir a cada ano, chegando em 2014 com quase 50% dos alunos matriculados nessa modalidade se evadindo.

Com relação à Evasão na Educação de Jovens e Adultos, a coordenadora da EJA em Castanhal, Professora Luisa, Especialista em Educação para Jovens e Adultos. Ao ser perguntada demonstrou muito otimismo ao falar sobre a evasão. Ela considera que as taxas de evasão no município diminuíram, este fato se deve a implantação do Programa Planeta Letrado, que segundo ela:

[...] nos anos 2000 a 2002 a evasão chegou a 86% e a reprovação aproximou dos 90%. , a partir de 2003, com a implantação do Programa Planeta Letrado a evasão escolar em EJA foi reduzida em 50%, e a aprovação aumentou para 98%.

Como observamos no gráfico acima, os dados oficiais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, demonstram queda nas taxas de evasão no município.

No entanto a evasão não é apenas um problema localizado, ou seja, não é uma dificuldade que aflige apenas a Escola M.E.F. Maria da Encarnação, mas abrange todo o município de castanhal, como no também cenário nacional.

Diante deste fato vem a preocupação se o fato ocorre devido ao descaso governamental ou decorre das instituições, entidades locais e municipais ou seja solucionar ou amenizar essa problemática. Acreditamos se medidas sérias forem tomadas para combater a evasão, esse problema será amenizado, pra isso se faz necessário o e o envolvimento de todos os sujeitos envolvidos com a educação.

“Quando somos jovens, não escolhemos nossos professores, mas quando somos adultos, escolhemos de quem aprenderemos e naquilo que creremos”

Igor Oliveira Ferreira

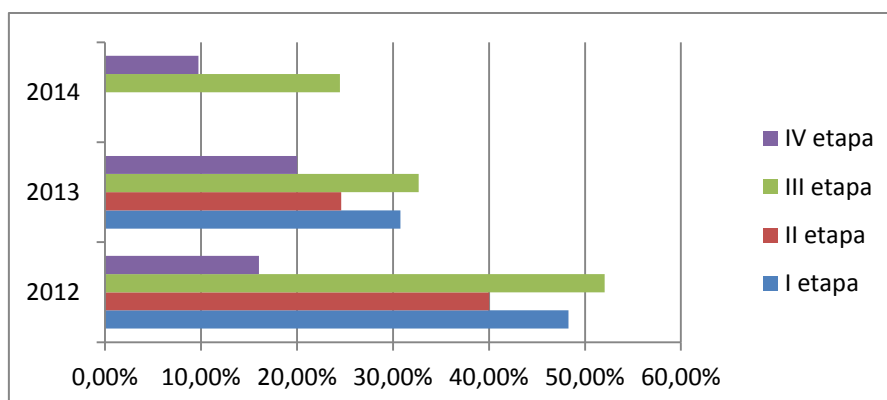
SEÇÃO III:

A EVASÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “MARIA DA ENCARNAÇÃO”.

Ao longo do texto afirmamos que a Educação de Jovens e Adultos convive com o fantasma da Evasão, uma problemática antiga de preocupação a nível Nacional, e na Escola “Professora Maria da Encarnação” não é diferente. Em todas as etapas há um grande índice de evasão que são evidentes no final do ano letivo através de dados estatísticos de cada unidade. Todavia, na observação realizada, é na III etapa que a preocupação se torna maior, daí a escolha por esta etapa, para entender melhor a problemática uma vez que o índice de evadidos, sobressai as demais etapas e na coleta de dados foram envolvidos docentes, discentes e a direção da escola fazendo uma reflexão acerca do tema. Para entendermos melhor essa situação vejamos o gráfico abaixo dos anos de 2012 a 2014, que mostram o índice de evasão da I a IV etapas.

Gráfico n° 03

Alunos evadidos de I a IV etapas da Escola Maria da Encarnação de 2012 a 2014



Fonte: Secretária da Escola Maria da Encarnação

No gráfico acima podemos observar, que na III etapa a evasão é mais agravante. No ano de 2012, teve o maior índice 52,04% e nos demais anos foi sofrendo queda significativa, respectivamente, 32,67% e 24,47%, uma diferença de um ano para o outro bem significativa

de 19% a 27%. Porém apesar dessas quedas, o índice atual é considerado bastante alto chegando em 2014, o índice de evadidos a 24,47%.

Esses índices evidenciam que durante esses anos a evasão sofreu declínios, porém quando os dados são aproximados e analisados fica evidente que, se formos levar em consideração os alunos matriculados na III etapa, a evasão chega próximo aos 40% do total de alunos matriculados nesta etapa da Educação de Jovens e Adultos, alunos esses que chegam ao final do ano sem concluírem o ano letivo. Ressaltamos que nestes índices também se encontram aqueles alunos que se matricularam e nunca frequentaram as aulas, fato que contribuiu para alavancar os dados da evasão.

E para adentrar e entendermos essa situação, iniciamos a pesquisa com observação em sala de aula na referida etapa em novembro/dezembro de 2014 e dando continuidade em abril/maio de 2015.

Nestas observações foi possível perceber que havia naquele momento um clima de certa falta de envolvimento dos alunos, que mesmo em horas de aula ficavam fora de sala e quando entravam demonstravam pouco respeito pelo professor que ali estava. A docente observada demonstrava paciência, porém havia momentos em que a mesma não aguentava situações de descaso com a sua presença e procurava a coordenação para resolver tais questões.

3.1 Lócus da Pesquisa

A pesquisa ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Profª. Maria da Encarnação Campos de Araújo”, situada na Alameda Imperial, s/nº, no bairro Estrela, fazendo limites com uma das rodovias mais movimentadas da região nordeste do Estado do Pará, a PA 136, popularmente conhecida como Rodovia Castanhal/Curuçá, que liga nossa cidade a vários municípios como: Terra Alta, Curuçá, Marapanim, dentre outros.

A escola Mª da Encarnação foi fundada em 12 de maio de 1978, na gestão do prefeito Almir Tavares Lima e teve como primeira diretora a Professora Elizabeth Silva. O corpo discente da escola é formado principalmente por alunos dos bairros Estrela, Novo Estrela,

Caiçara, São José, além de agrovilas como Iracema, Bacabal, de localidades situadas às margens da PA 136, “Parque dos Castanhais”, “Buriti”, “Tangarás”, além das invasões “Ana Júlia I, II e III”.

A Educação de Jovens e Adultos, começou na escola no ano de 1989, sendo uma das pioneiras nessa modalidade, no início contou com I e II etapas totalizando 210 alunos. Em 2014 a escola atendeu 991 alunos, deste total de alunos matriculados, contabilizou 301 alunos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos em turmas de I a IV etapas e 690 de alunos do 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental, em três turnos, manhã, tarde e noite, dados esses fornecidos pela secretaria da escola.

3.1.1- Estrutura Física da Escola

O prédio da escola localiza-se no bairro do Estrela em um amplo terreno medindo 393.400 m², seu prédio conta com 10 (dez) salas de aula, sala de AEE, sala multifuncional, sala de leitura, sala de reforço escolar, salas para aulas do Programa Mais Educação (PME), sala adaptada para o Projeto Cordas e Acordes, Sala da Coordenação Pedagógica, Diretoria, Sala dos Professores, Secretaria, Auditório, Laboratório de Informática, copa cozinha, banheiros para alunos e funcionários, área coberta, depósito da merenda escolar e um ginásio poliesportivo coberto, destinado para aulas de educação física e outras atividades da escola.

A estrutura da escola parece oferecer um suporte adequado aos educandos e educadores com o espaço para ofertar uma educação de qualidade quando bem utilizados os espaços pedagógicos existentes, anteriormente relacionados, na última reforma feita em 2011 a escola recebeu a climatização da escola, fato que parece ter melhorado ainda mais a infraestrutura da escola.

A escola contabiliza oitenta servidores públicos sendo trinta e oito deles professores, um diretor, dois vice-diretores, uma secretária, quatro coordenadores pedagógicos, um coordenador do LIED, quatro agentes administrativos, dois auxiliares administrativos, três guardas, onze serventes e quatro merendeiras. Atualmente o seu corpo docente é atendido, distribuído nos três turnos: e a escola encontra-se autorizada a funcionar no Ensino Fundamental e na EJA, com o processo de Autorização via Resolução nº 036/09 de março de 2009.

A escola apresenta proposta pedagógica cujo tema é: Escola Mediadora: Construindo um Ensino de Qualidade. A proposta, segundo depoimento, foi construída pelo corpo administrativo e pedagógico da escola, conselho escolar e todos os agentes envolvidos no processo pedagógico. De acordo com o PPP da escola, seu principal objetivo, é: “Estimular no educando o exercício consciente da cidadania envolvendo todos os membros da comunidade escolar, promovendo uma educação participativa, construindo assim, um ensino de qualidade para todos” (PPP da escola 2015,p.8).

3.2 A EJA e as causas da evasão na visão dos evadidos

Para constataremos as respectivas causas da evasão, buscou-se dados juntos aos protagonistas, ou seja, os alunos evadidos. Entramos em contato com esses alunos, que evadiram no ano de 2014, tivemos acesso a quatro (04) deles, ressalta que atualmente neste ano de 2015 eles encontram-se matriculados, porém, ainda não é possível saber se vão terminar ou não o ano letivo.

Porém foi importante tê-los como base desta pesquisa, alunos que nos revelaram angústias e conseqüentemente as causas que os levaram a não concluírem o ano letivo.

Iniciamos questionando, com os alunos evadidos, indagando sobre os motivos que os levaram a não concluir seus estudos na idade própria, os dados coletados através das entrevistas enquanto respostas que descreveremos a seguir:

Realmente porque eu trabalhava aí não tinha como eu estudar e trabalhar porque meu pai deixou nós tudo pequeno, aí não tinha como nós estudar e trabalhar aí deixei meu estudo e fui trabalhar para sobreviver

(Antonio desistente, 35 anos, pedreiro, casado).

Porque antes tinha maior dificuldade na minha casa, minha mãe saía para trabalhar nós ficava com minha irmã que não levava muito agente pra escola, porque ela tinha que trabalhar pra ajudar a mamãe, porque meu pai deixou dela e não ajudou ela, ai eu faltava muito a escola e não conseguia passar de ano ai foi indo e aos 12 anos eu parei, fui mora

com minha tia em Belém e voltei com 14 anos e fui recomeçar mas eles não me aceitaram lá falaram que era pra mim completar 15 anos que era pra estudar a noite, aí foi que eu completei meus 15 anos e fui estudar e to indo e gostando.

(Maria desistente, 17anos, doméstica, solteira)

Quando meu pai separou da minha mãe, aí me desmotivei, pensei não vou estudar não vou aprender nada, eu tinha 21 anos meus pais separaram, aí tive muitas dificuldades, minha mãe foi pra Belém, ficamos só em casa aí desmotivei.

(Francisca desistente, 32 anos, doméstica, casada)

Eu iniciei meus estudos com 8 anos, quando fui alfabetizado. Com 9 anos passei pra 1ª série e estudei até a 2ª, quando parei, por sentir dificuldades na aprendizagem, retornei na II etapa com 16 anos e tornei a desistir, pois comecei a trabalhar e saia tarde e não dava mais tempo de ir pra escola.

(João desistente, 19 anos, cabeleireiro, solteiro)

Podemos perceber nesses depoimentos que os problemas sócio-familiares são constantes na vida dessas pessoas, além dos problemas econômicos, precisando trabalhar para se sustentarem, como também a família, ajudando a mãe no sustento de casa e dos outros filhos. A desestruturação da família, onde o pai deixa a família, sem ao menos ajudar no sustento dos filhos, a desmotivação devido á separação dos pais, fez com que essas pessoas tivessem uma vida escolar problemática, chegando a da continuidade em seus estudos só a partir da idade adulta.

Segundo ARROYO:

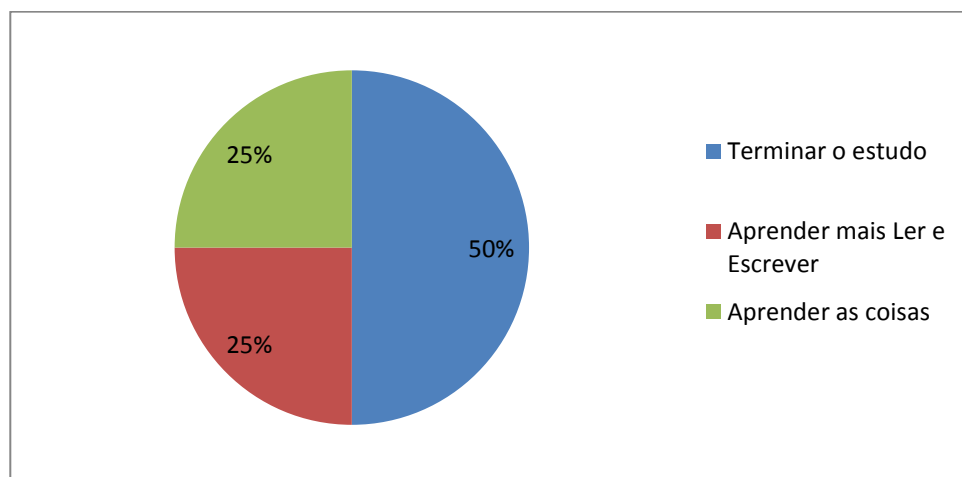
“(...) os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares: não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, ou dele foram excluídos ou dele se evadiram; logo propiciemos uma segunda oportunidade”. (ARROYO, 2006, p.23)

Destaca-se a importância da escola estar preparada tanto para receber quanto para formar os adultos ingressantes, pois estes estão em busca de novas oportunidades, que pelos motivos mencionados acima lhe foram tiradas, motivos esses que contribuíram de uma forma negativa com a não permanência na EJA e estar de volta nessa modalidade de ensino, proporciona a eles uma nova oportunidade de vida.

Continuando a entrevista perguntando também, o que os levou a frequentar a Educação de Jovens e Adultos. 50% dos alunos responderam que queria terminar o estudo, 25% que queriam aprender mais, principalmente ler e escrever e os outros 25% porque tinham vontade de aprender as coisas (ver gráfico abaixo).

Gráfico nº 04

O que levou os alunos evadidos a frequentar a Educação de Jovens e Adultos.



FONTE: Dados da pesquisa

Outra questão abordada na entrevista foi sobre os assuntos/conteúdos ministrados, se estão voltados para a sua realidade e se de alguma forma contribuem para a sua vida pessoal e profissional, 100% dos entrevistados responderam que estão servindo muito, para suas vidas, cujos dados relatos são assim descritos:

Sim, contribuir e muito demais principalmente na parte da matemática, já que sou pedreiro e preciso um pouco da matemática.

(Antonio desistente, 35 anos pedreiro)

E muito, por exemplo, nos trabalhos, tenho dificuldade na matemática e os trabalhos hoje em dia ai fora pede que tenhamos pelo menos o Ensino Fundamental e é uma coisa que não tenho por isso voltei a estudar.

(Maria desistente, 17anos, doméstica, solteira)

Sim e muito bem.

(Francisca desistente, 32 anos, doméstica, casada)

Tá, porque cada dia aprendo falar melhor com os meus clientes.

(João desistente, 19 anos, cabeleireiro, solteiro)

Importante resaltar que a Educação de Jovens e Adultos, contribui de alguma forma na vida desses adultos. Pois se relacionar bem com as pessoas, contribui para melhorar no trabalho é um dos fatores que levam esses jovens a frequentar esta modalidade de ensino. Percebemos que, quanto aos conteúdos, se estão próximos a sua realidade, para eles, isso não os chamou muita atenção, pois eles querem mesmo é aprender ler, escrever para se saírem bem no seu trabalho ou encontrar um emprego melhor.

Se os conteúdos são condizentes ou não com a sua realidade, para eles não faz muita diferença, o que interessa, muitas das vezes, principalmente quem é dona de casa, empregada doméstica, é poder saber o que está escrito nas embalagens e nas receitas médicas, etc, na hora de ir ao supermercado fazer as contas sem esquecer, é claro, de fazer as contas direitinho na hora de pagar e receber troco. Nesse sentido Freire afirma, “Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação dinâmica que vincula linguagem a realidade.” (FREIRE, 1997, p.81).

Como nos anuncia Freire, “*aprender a ler o mundo*” isso que dizer levar os alunos a buscar significados na aprendizagem, e essa aproximação é melhor para aprender uma vez que partir do que está presente no seu dia a dia, na sua realidade, no contexto que se encontram inseridos.

Continuando a entrevista os alunos foram indagados sobre como é a relação deles com os professores e como se dá a relação aluno/professor, 100% responderam que o relacionamento com os professores é bom que não tem queixa dos docentes. Essa boa relação é muito importante para que a aprendizagem aconteça, fazendo com que o aluno não enxergue o educador somente como aquele que repassa o saber para os seus alunos ou como um simples transmissor de conhecimentos, conseguindo perceber no docente um olhar mais humano, fazendo com que os alunos sintam-se respeitados neste processo ensino e aprendizagem enriquecendo e contribuindo para o alcance de um ensino de qualidade, podendo se tornar forte aliado na luta contra a evasão escolar, pois Segundo Vasconcelos (1998, p.26):

Um dos fatores fundamentais para garantir a aprendizagem é a motivação do aluno e ele acreditar em suas potencialidades, acreditam que é capaz, que tem condições, enfim, desenvolver um autoconceito.

Segundo os dados coletados junto aos alunos os seus professores são “amigos”, vejamos o que diz Maria (estudante), *não tenho queixa dos professores, quando estou doente ligo pra eles e digo e eles entendem.* Nesse relato vimos que apesar de todas as dificuldades como a falta de compromisso de alguns alunos, o professor procura entendê-los, tentando com isso se aproximar mais do seu aluno, exercendo sua função com compreensão, flexibilidade e amizade, sabendo que o papel do professor é bem mais amplo pois,,

“O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar, Seus alunos cansam não dorme.. Cansam porque acompanham as idas e vindas dos seus pensamentos, surpreendem suas pausas, suas vidas e suas incertezas.” (FREIRE, 1996, p.96).

Porém, o que interessava no momento é sabermos as causas que levaram esses alunos a não concluírem o ano letivo, o qual foram coletados os seguintes relatos a seguir apresentados:

Foi o primeiro ano que parei, por motivos de trabalho.

(Antonio desistente, 35 anos, pedreiro, casado).

Pra mim não foi besteira, porque eu engravidei e não podia porque a minha gravidez foi de risco ai não pude mais terminar, mas que queria terminar.

(Maria desistente, 17anos, doméstica, solteira).

Porque eu pensei não vou aprender e meu marido dizia vai estudar, vai estudar tu não quer ser professora então tem que estudar muito.

(Francisca desistente, 32 anos, doméstica, casada).

Comecei a trabalhar e saia tarde cansado e quando chegava não dava tempo de ir para escola.

(João desistente, 19 anos, cabeleireiro, solteiro).

Como podemos perceber esses depoimentos, para nossa surpresa, são bem parecidos, aproximando os motivos pelos quais os discentes não concluíram seus estudos na idade própria. As questões familiares são muito frequentes junto com asocioeconômico, vindo os dados a comprovar com depoimentos destes sujeitos que pouco ou nada se alterou, continuam a desistir dos estudos frente às constantes problemáticas.

Fazendo referência à evasão no que diz respeito ao aluno, Meksenas (1998, p.98) afirma: "obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário".

Isso é fato, em nosso país, jovens abandonarem seus estudos pra trabalharem e assim conseguir sobreviver, findando por abandonar seus estudos no meio do ano ou dependendo das dificuldades no início do ano letivo, pois para eles na maioria das vezes o que importa mesmo é o seu sustento e dos seus familiares, porém alguns destes educandos retornam à escola por exigências do mercado de trabalho, que pedem que tenha concluído pelo menos o ensino fundamental e outros por vontade própria.

3.3. Causas da evasão na visão dos docentes.

O Professor/educador tem o importante compromisso na efetivação do processo de ensino-aprendizagem de qualidade, proporcionando assim, um ensino numa perspectiva emancipadora. Para tanto se faz necessário exercer a sua prática com consciência e sensibilidade.

Freire (1996, p.126-127) aborda um fato que é relevante citarmos:

O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam [como também das aulas que ministram] ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político pedagógica.

O compromisso do educador é de suma importância para que o processo de ensino e aprendizagem de qualidade aconteça, se o educador for descomprometido com esse processo, assumindo apenas um papel técnico de neutralidade, que visa mais as questões econômicas, acreditamos que essa qualidade de ensino que tanto precisamos e procuramos, dificilmente venha a acontecer.

Segundo Augusto Cury:

O educador tem como trabalho levar seu aluno a pensar, a desenvolver autonomia, senso crítico, mas sem esquecermos que estamos ensinando pessoas, sendo assim não se pode deixar de humanizar a educação, levando em consideração o educando no seu total (CURY, 2013, p.57).

Para que o educar aconteça de verdade é imprescindível que o contexto em que o educando está inserido se desenvolva, neste conceito o papel do educador/professor além de proporcionar meios e alternativas necessários de aperfeiçoamento intelectual e cognitivo está também em cumprir com o seu papel social.

A nosso ver, é relevante perceber as expectativas e as angústias que envolvem os Educadores da Educação de Jovens e Adultos, para que possamos analisar se suas influências e contribuições pedagógicas, favorecem para as possíveis causas da evasão na EJA.

Deste modo, a pesquisa conta com participação de dois (02) docentes da referida escola que atuam na III etapa da EJA, sendo que um dos professores atuam na EJA há 10(dez)

anos, outra há 5(cinco) anos, porém nem todos esses anos foram na escola pesquisada, pois uma atua na escola há 2 (dois) anos e a outra há 6(seis) meses respectivamente.

Apesar de todos esses anos dedicados a Educação de jovens e adultos não terem sido na escola, podemos observar que esses profissionais citados têm uma grande experiência em relação ao trabalho com essa modalidade de ensino. Quanto á qualificação profissional, um dos professores tem Licenciatura Plena em Pedagogia, Letras/Inglês e Espanhol, bem como é Bacharel em Direito, a outra professora é Especialista em Letras Português / Espanhol e Inglês, com formação também em Comunicação Social: Relações Públicas. Além dos dados coletados junto aos docentes, participaram da coleta de dados a vice-diretora da escola, que é Licenciada em Ciências Biológicas e já atuou com professora da EJA, estando hoje na vice-direção da escola.

Para darmos início as indagações, perguntou se aos entrevistados, qual a visão dos mesmos sobre a Educação de Jovens e adultos em Castanhal.

Tem-se avançado nos últimos anos, com boas propostas (ensino aprendizagem), projetos, palestras etc..

(Joana, professora da III etapa).

Um processo plausível, que requer uma atenção especial, um ensino diferenciado que, em Castanhal, esses quesitos tem se tornado um compromisso sólido.

(Sebastiana, professora da III etapa).

Como podemos perceber os agentes pedagógicos veem a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade com avanços nos últimos anos, porém com a necessidade de uma atenção especial, um ensino diferenciado e segundo as falas tem se buscado esse diferencial, através de propostas e projetos para a melhoria do ensino e aprendizagem nessa modalidade de ensino.

É importante ressaltar que fizemos à mesma pergunta á gestora da escola, que veio a contribuir nos falando sobre a importância da EJA, na formação dos Jovens e adultos. A esse respeito, esta vê a Educação de Jovens e adultos em Castanhal da seguinte forma:

Como oportunidade para as pessoas que por algum motivo não conseguiram terminar o ensino fundamental.

(Gestora da escola).

Outra pergunta feitas as professoras foi em relação à capacitação, onde elas responderam que não recebem apoio ou recebem mais ou menos, os relatos estão assim descritos:

Não recebo apoio, porém acontecem os planejamentos em Língua estrangeira.

(Joana, professora III etapa).

Mais ou menos, temos encontros semestrais de formação e também os de atualização e planejamento de conteúdo. Poderíamos ter mais.

(Sebastiana, professora III etapa).

Como poderemos perceber nos dados presentes, em trechos acima, as professoras não estão satisfeitas com a forma que a capacitação é feita, ou seja formação continuada é realizada, chegando até afirmar que não recebem apoio da Secretaria de Educação (SEMED), que poderiam ter mais formações. Porém quando abordamos sobre a dificuldade de se trabalhar na EJA, elas afirmaram que não há dificuldades, que existiu sim no começo, pela falta de materiais didáticos e pela evasão durante o ano letivo por parte dos alunos e que gostam desse tipo de trabalho diferenciado.

Percebemos nos depoimentos tanto no que diz respeito à capacitação, quanto nas dificuldades de se trabalhar na EJA, que capacitação é de suma importância, pois não se pode somente capacitar o professor, com palestras e planejamentos, porém tem que proporcionar apoio, com materiais didáticos necessários para o bom desempenho do trabalho, pois somente é possível um trabalho de qualidade, quando existe as ferramentas necessárias para que esse fato venha a acontecer.

O trabalho com pessoas jovens e adultas exige do professor, além da formação inicial a formação continuada como falado anteriormente, pois segundo Paulo Freire, “*a formação do educador deve ser permanente e sistematizada, porque a prática se faz e refaz*”. (GADOTTI, 2006, p.59). Partindo deste princípio, percebe-se que a formação deve ser contínua, visto que nada é permanente. Trabalhar na EJA, assim como em qualquer outra modalidade de ensino, requer preparação. O professor precisa refletir sobre sua prática educativa e buscar por novas perspectivas de ensino e aprendizagens.

Indagamos os entrevistados sobre o relacionamento professor/aluno, o currículo e qual a visão deles sobre a evasão na EJA, a quem e a que eles atribuem essa evasão. Segundo os

professores, 100% afirmaram que o relacionamento professor/aluno é bom existe o respeito mútuo, porém é importante ressaltar a fala da professora Sebastiana que nos diz sobre esse relacionamento: “*Na maioria das vezes, amigável, porém o respeito tradicional-aquele de antigamente não vivemos mais*”.

Sabemos que, os jovens de hoje não tem aquele respeito tradicional pelos seus pais, imagine com o professor, porém constatamos nas nossas observações em sala de aula, que eles respeitam sim os professores mais da forma deles, com aquele “jeitinho” de se expressar diferente, usando gírias e chamando de “tia”, forma considerada natural para esses jovens.

Com relação á visão dos professores sobre a evasão, obtivemos as seguintes respostas:

Percebo que muitos jovens se matriculam, mas não tem vontade de frequentar a escola, a escola até trabalha para que isso não aconteça, mas o problema são os alunos mesmos.

(Joana, professora da III etapa).

Infelizmente e/ou felizmente muitos dos nossos alunos são trabalhadores, tentam lidar trabalho e estudos ao mesmo tempo. Com isso, muitos optam trabalhar e sustentar sua família ao invés de estudar...

(Sebastiana, professora III etapa).

Analisando a fala da professora Joana, quando fala que a escola trabalha para que os alunos frequentem a escola e não se evadam, a mesma apresenta uma posição que se aproxima da visão da gestora, pois quando indagada a gestão a esse respeito ela nos respondeu o seguinte:

A evasão é vista com grande preocupação pela direção e coordenação, pois quando se percebe uma determinada porcentagem de evasão faz-se contato direto com esses alunos em busca de convencê-los a voltar para a escola. Porém, alguns voltam outros só prometem.

(Joana, professora da III etapa).

Percebemos nesses depoimentos que a escola tem buscado não se omitir como falou a professora Joana e como nos disse a direção, quando o problema é evitar que o aluno se evada ou tentar trazer de volta, fazendo o que está ao seu alcance como ligações e conversas com

os alunos, para evitar que essa evasão se concretize, porém apesar do interesse e ações alternativas relacionada a boa vontade muitos dos alunos acabam por desistirem dos estudos.

Uma questão importante e intrigante, nos fez questionar tanto os professores quando a direção da escola é sobre o currículo, fizemos a seguinte indagação com relação ao desenho curricular, você acredita esta de acordo com a realidade da escola e dos alunos, as respostas descreveremos a seguir:

Na disciplina que atuo sim, Inglês e espanhol, há complementos com palestras.

(Joana, professora da III etapa).

Sim, porém a atualização é adaptável e necessário que se faça qualquer ajuste para a qualidade do ensino.

(Sebastiana, professora III etapa).

Sim, pois os professores são orientados como trabalhar e o que trabalhar, e na escola há a sala de leitura que contém materiais riquíssimos para o professor explorar.

(Gestão da escola)

A respeito do currículo, Grundy (1987), citado por Sacristán (2000, p.14), refere se da seguinte forma:

O currículo não é um conceito, mas uma construção. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e precisamente á experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

Sabemos que apesar das respostas acima dadas pelos sujeitos entrevistados, o currículo precisaria ser revisto, principalmente na Educação de Jovens e Adultos, todavia deixamos essa indicação no presente trabalho. Válido deixar bem claro que o currículo precisar se adequado para a EJA, que atualmente é praticamente igual ao do ensino regular voltado para crianças.

Chegamos a um ponto que possibilitou entender as causas que levam a evasão na Educação de Jovens e Adultos, segundo a visão dos professores. Para chegarmos até esse ponto fizemos uma abordagem bastante longa que diz respeito ao currículo, práticapedagógica

do professor, interação professor/aluno etc. para podermos entender quais as causas que leva o aluno a se evadir da escola.

As opiniões dos mesmos não se diferenciam das opiniões dos alunos, que falam, assim, em suas colocações:

Acredito que seja por falta de vontade por parte deles, pois percebo que a direção, coordenação e professores se esforçam.

(Joana, professora da III etapa).

Trabalho, falta de estímulo, falta de interesse, falta de adequação de horários.

(Sebastiana, professora III etapa).

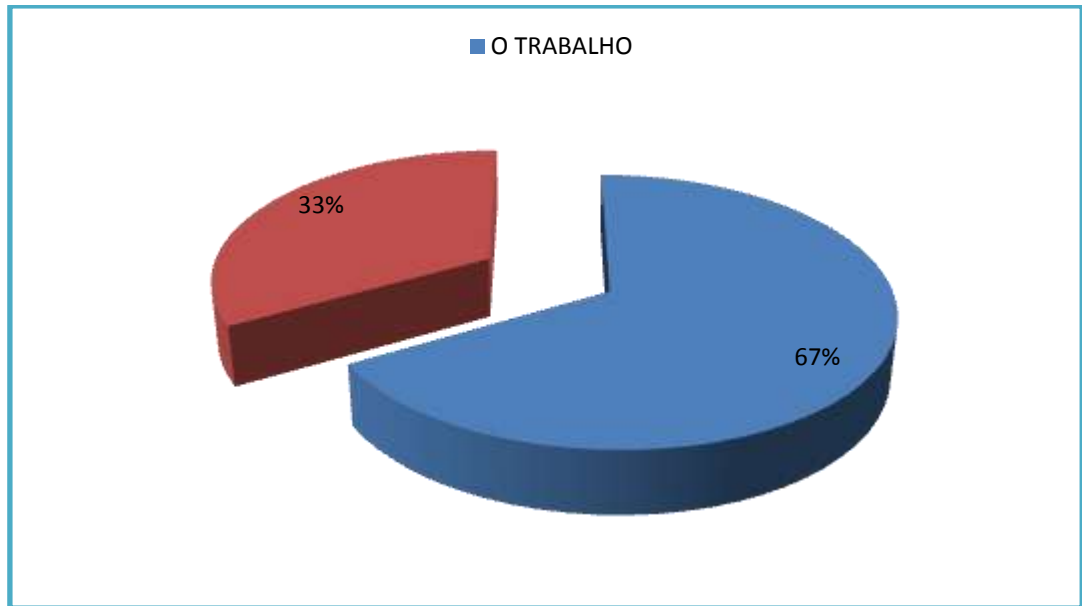
Principalmente a ausência da família quando são menores, e em determinadas circunstâncias por precisarem trabalhar e não conseguirem conciliar as duas coisas.

(Gestora da escola).

Ao analisarmos essas questões, podemos observar que a maioria atribui a questão da evasão ao trabalho, ou seja, 67% e 33% a outras questões. Sabemos que a maioria dos alunos da EJA são trabalhadores, entretanto há outros fatores que contribuem também, como essa evasão como: falta de interesse dos alunos, falta de estímulo, adequação dos horários etc.

Gráfico nº 05

AS CAUSAS DA EVASÃO SEGUNDO OS PROFESSORES



FONTE: dados da pesquisa.

Porém indo além dos questionamentos anteriores uma vez que, não nos interessou somente sabermos as causas da evasão, mas o que tem sido feito para que essa situação seja amenizada. Para nossa surpresa nenhum professor respondeu, isso nos levou a questionar será que eles não sabem ou não estão preocupados em relação fazer algo concreto para que essa evasão não aconteça, pois sabemos que somente o compromisso da comunidade escolar direção e coordenação não são o suficiente, as providências devem ser tomadas em conjunto, ou seja todos os agentes pedagógicos devem tomar medidas para que esse aluno consiga concluir o ano letivo, é claro que nas condições que lhe são possíveis, pois há casos que não se consegue apesar dos esforços.

Diante desse fato procuramos saber da direção o que se tem feito para amenizar a evasão, principalmente, na III etapa, obtivemos a seguinte resposta que foi a mesma resposta dada quando perguntamos sobre como a direção/coordenação compreendem a evasão na EJA e as ações realizadas para amenizar a evasão. Segundo os relatos da vice-diretora, a evasão é vista pela direção com muita preocupação e quando percebem alto índice de evasão tentam convencer os alunos a voltar, e uma das formas é ligar para os educandos e conversar com os mesmos, porém segundo a gestora, na maioria dos casos os alunos prometem e não retornam à escola.

Ainda no que diz respeito à evasão dos alunos e a permanência deles na escola, tivemos acesso ao PPP da referida escola, no qual observamos que dentro do seu projeto, tem ações que contemplam os alunos da EJA, como uma tentativa de evitar a evasão ou diminui

lá. O Planeta Letrado foi apresentado como programa que vem sendo desenvolvido pela escola há vários anos e este ano traz como tema: Planeta Letrado: A Educação Para Transformação da Sociedade, desenvolvendo vários projetos como : Projeto Motivação e Auto Estima na EJA, Projeto Leitura Não Tem Idade e Lied, com o objetivo de desenvolver ações que possibilitem a elevação da automotivação e autoestima do público EJA, e também com a finalidade incentivar os alunos (jovens e adultos) nesta modalidade de ensino a não evadirem bem como adquirirem o hábito da leitura, com isso ajudar esses alunos.

Percebemos assim, que a escola de forma não se esquivava da sua responsabilidade que é educar, estimular e conscientizar os seus alunos para que a prática da evasão tida com natural por vezes pelos discentes e docentes, seja trabalhada de outras formas, uma delas é a implantação de vários projetos que dizem respeito à melhoria do processo ensino e aprendizagem, para que a evasão seja amenizada ou quem sabe excluída.

Diante de tais argumentações, percebemos a complexidade de se comprovar tais fatos. Sabemos que descobrir as causas da evasão foi levado a várias outras questões que são visíveis no cotidiano escolar. Porém, descobrir as causas não foi o suficiente, como vimos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, onde nos deparamos com episódios que contribuíram para atenuar ou até por provocar ainda mais a exclusão promovida no âmbito da estrutura social brasileira, incidindo assim na exclusão escolar.

3.4. Contribuição da SEMED em relação à EJA e as causas da evasão

Segundo Brandão (1985), a educação é algo que está ao alcance de todos, sendo ela formal ou não. Pensando nisso e acreditando que os problemas educacionais fazem parte da agenda daqueles que pensam em uma educação de qualidade, procuramos outros atores da educação, que pudessem vir a contribuir para o desvelamento das causas da evasão na III etapa na Educação de Jovens e Adultos.

Para isso, contamos com o apoio da SEMED, através da Coordenadora pedagógica da EJA no município de Castanhal, essa contribuição foi relevante total para a pesquisa, pelo conhecimento na área e por estar mais próximo dos problemas que envolvem a educação de Jovens e adultos no município de Castanhal. Incluindo, é claro a problemática da evasão.

Desta feita a conversa foi realizada com a coordenadora através de um questionário com perguntas semi-estruturadas, constatamos através de suas respostas que a evasão é um

problema preocupante não somente para as pessoas que pesquisam as causas, mas também para a coordenação da SEMED.

Inicialmente perguntou se a coordenadora da EJA em Castanhal se a Secretária de Educação possui um plano educacional específico para a EJA.

Segundo a coordenadora, a EJA tem sim um projeto/programa, específico para essa modalidade de ensino intitulado Programa Planeta Letrado: Compromisso de Todos, a seguir ela falou melhor sobre este programa.

“PROGRAMA PLANETA LETRADO: COMPROMISSO DE TODOS”, cujo objetivo é articular relação entre planejamento EJA e letramento escolar em práticas Pedagógico – Educativas, apoiadas em instrumentos metodológicos com fundamentações teóricas, definidas com base nas Diretrizes Filosóficas e pedagógico-educativas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

(Coordenadora da EJA/SEMED)

Pesquisando sobre o Programa acima mencionado, descobrimos que este projeto foi uma iniciativa das Técnicas pedagógicas Professora Perpétua e Ligia (autoras do projeto), onde foi construído um caderno pedagógico, a partir de atividades desenvolvidas pelos professores da EJA que tinha como ideia central favorecer a leitura compartilhada entre outras.

Dando seguimento a entrevista, perguntamos a Coordenadora da EJA, se a SEMED oferece capacitação e/ou formação continuada para os professores nesta modalidade de ensino e de que forma essa capacitação se dá.

De acordo com a coordenadora da EJA, os professores possuem sim uma formação continuada ela se dá da seguinte forma com nos fala a coordenadora:

A Formação continuada é ofertada para docentes de 1ª e 4ª etapas, sendo 1ª e 2ª etapas é realizada em quatro momentos, sendo dois momentos são capacitados 100% dos docentes que atuam na modalidade, para a utilização do caderno pedagógico, visando alcançar melhores resultados no processo ensino e aprendizagem dos alunos EJA dos anos iniciais, e dois momentos a formação referente á alfabetização e letramento, além da parceria com a UFPA Castanhal, com oficinas pedagógicas direcionada a modalidade, ressaltamos que 3ª e 4ª etapas a formação acontece em momentos pedagógicos com os

profissionais por área de estudo, ou seja, por disciplina durante o ano, variando entre três a quatro encontros.

(Coordenadora da escola).

Segundo Santos (1998, p.135):

(...) é importante salientar a necessidade de formação em serviço como forma de aprimoramento do trabalho docente, mas é preciso entender que ela não poderá substituir a formação inicial.

Sabemos que a formação continuada é de suma importância para o professor em serviço, e como vimos a SEMED da essa formação de várias formas agora cabe ao professor aproveitar essas formações para que a sua atuação docente tenha um desempenho melhor, possibilitando ao educador o fortalecimento dos fundamentos teóricos proporcionando melhores condições no desenvolvimento das suas atividades educativas com seus alunos.

Quanto á evasão foi feita a seguinte pergunta a Coordenadora da EJA, se ela tem conhecimento do alto índice de evasão que atinge a EJA em especial na III etapa e que fatores , segundo a opinião da mesma, ela atribui o grande números de evadidos.

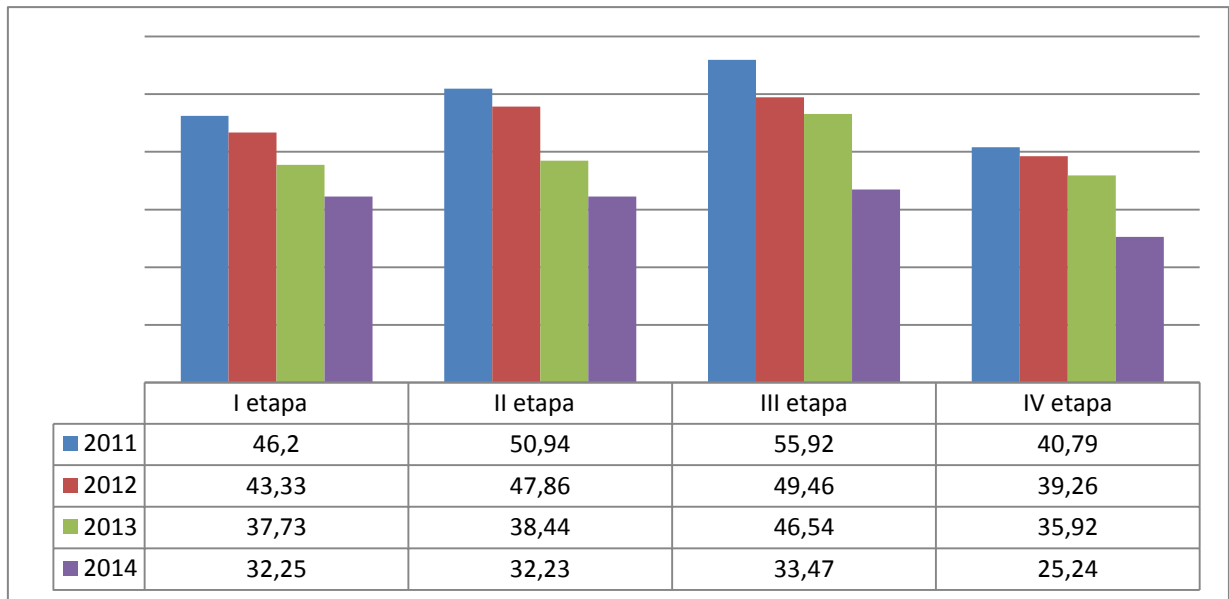
Segundo a coordenadora, tem clareza dessa situação, mas que a evasão em EJA em Castanhal, o índice já foi bem maior nos anos de 2000 a 2002, chegando a 86%. Porém com a implantação do Programa Planeta letrado essa evasão foi reduzida em 50%. Quanto ao alto índice de evasão na III etapa ela nos informou o seguinte: *“toda via o índice de maior evasão dar-se nas etapas iniciais, ou seja 1ª e 2ª etapas”*.

Porém ao analisarmos os demonstrativos de percentual de rendimento escolar, fornecido pela SEMED dos anos de 2011 a 2014 na zona urbana, constatamos que a taxa de evasão é maior na III etapa, não corroborando as palavras da coordenadora.

Observamos o gráfico a seguir:

Gráfico nº 06

Demonstrativo do Percentual sobre a evasão zona urbana dos anos de 2011 a 2014.



Fonte: **Secretária Municipal de Educação**
Setor: **Estatística**

A evasão na III etapa, como mostra nos o gráfico acima é bem maior que as demais etapas, chegando em 2014, com um percentual de 33,47%, índice considerado razoável em relação às outras etapas.

Segundo a coordenadora os fatores que levam a evasão dos alunos da EJA são vários entre eles estão: *os de caráter social, tais como: violência, usuários de drogas, falta de moradia, homicídio, desemprego, migração dentre outros.*

É interessante ressaltarmos que os fatores/causas que levam os alunos evadirem, como falado pela coordenadora condizem praticamente com as declarações dos alunos evadidos e dos demais entrevistados, ressalta-se que o problema maior esta localizado nas questões sócio familiares, econômicos, social e políticos.

O que resta agora, diante dos fatos analisados através das declarações que abordamos nesta pesquisa, é imprescindível tomar medidas necessárias que possam amenizar está situação para que, os jovens e adultos possam, finalmente concluir seus estudos sem problemas.

Podemos constatar que as evidências que levam a evasão estão claras, o que precisa é criar medidas para que consigam manter os alunos na escola, para que estes finalmente possam concluir seus estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recordando, o principal objetivo deste trabalho que foi diagnosticar as causas da evasão, na Educação de Jovens e Adultos na Escola Maria da Encarnação. Chegamos á conclusão que, estas estavam claras nesse ambiente educacional, entretanto precisávamos de um trabalho de pesquisa como este para confirmar as suposições.

Infelizmente vivemos em uma nação onde as oportunidades são desiguais. A história do povo brasileiro, como também da educação, é marcada por desníveis sociais, culturais, políticos e principalmente econômicos que perduram por várias gerações, acarretando uma dualidade entre os povos brasileiros.

Na educação jesuítica, foi um período dentre os quais muito se detectou analfabetos, a educação oferecida para eles não se destinava para todos os membros da sociedade brasileira. Esse período até os nossos dias, percebemos que a educação teve avanços, todavia ainda continua excludente.

O presente trabalho ressaltou reformas da educação ocorridos no Brasil, mas o que se pode perceber para todo país , diz respeito a existência ainda hoje de um significativo número de analfabetos e uma distorção idade-série bastante acentuada é devido o descaso dos governantes com a educação brasileira, pois a exclusão inicia-se pela base na qual a oportunidade de uma educação gratuita e de qualidade está distante da demanda de jovens e adultos, como também de crianças, que precisam de escolarização.

É por isso que foi importante fazermos uma abordagem histórica sobre a educação brasileira, para melhor entendermos porque no Brasil se encontra com um elevado número de analfabetos. Diante deste fato, tornou-se mais fácil entendermos as causas que levam os jovens e os adultos a procurar a EJA, e porque os mesmos não chegam ao final do ano letivo.

Então evidencia se que as Leis que amparam a EJA, e que foram abordadas durante o trabalho, não garantem a permanência destes alunos na escola, pois como vimos inúmeros são os fatores que impedem que isso aconteça.

Diante deste fato, somente uma política educacional consistente poderá amenizar esta situação. Onde aqueles que fazem a educação possam analisa esta problemática procurando possíveis soluções para mudar esse quadro alarmante.

Os depoimentos aqui relatados dão suporte para se pensar a criação de medidas que venham solucionar os problemas que a EJA enfrenta. Porém, a parceria da comunidade escolar junto á comunidade local, a entidade mantenedora e investimentos nesta modalidade

de ensino são fatores primordiais para ser ter uma educação de qualidade e eficaz no combate a evasão e a outros problemas educacionais. Para isso a escola tem que ter Projeto Político Pedagógico consistente objetivando a permanência dos alunos na escola, onde possa tomar medidas junto ao corpo docente e discente criando projetos de intervenção que possam resgatar esses alunos evadidos de voltam à sala de aula.

Acreditamos também que o problema está na base educacional, e se houver investimentos nessa base, com certeza não teríamos a necessidade de ter hoje tantos jovens e adultos sem escolarização.

A pesquisa nos mostra também que os alunos da EJA, especificamente da turma da III etapa não objetivam um alto grau de instrução, mas almejam o necessário para atuar nesta sociedade globalizada. Muitos deles são trabalhadores que pretendem melhorar no emprego através da conclusão dos seus estudos.

O fator sócio econômico impedem que esses alunos evadidos concluam seus estudos, ficando sempre naquela questão “ou trabalha ou estuda”, pouca alternativa para que de fato a vida dos mesmos tome outros rumos que possa realmente mudar a qualidade de vida dos mesmos.

A educação castanhalense – apesar de apresentar um quadro bastante preocupante de evadidos no final do ano letivo, a SEMED por meio da coordenação da EJA, tem no seu Programa Planeta Letrado, um programa que capacita, qualifica, e orienta seus professores através de encontros pedagógicos semestral, de formação, planejamento e de atualização (como acontece com professores da III etapa) e outros que venham beneficiar e melhorar a prática pedagógica dos educadores.

Todavia, a nosso ver a educação brasileira em especial a Castanhalense, encontra-se caminhando para a melhoria da base educacional, com projetos e programas que trabalham a alfabetização dos alunos como o programa nacional denominado PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que foi assinado pelo município em 2013, cujo objetivo é alfabetizar as crianças até o 3º ano do ensino fundamental. Porém têm que ser pensados programas como esses para a Alfabetização de Jovens e Adultos, para termos um maior desempenho dos mesmos em sala de aula, melhorando com isso o trabalho do professor, evitando assim a evasão.

Ressalta-se que o aluno que não sabe ler e escrever nas séries iniciais, provavelmente ficará retido e/ ou desisti de seus estudos, contribuindo assim para o aumento da distorção idade série e elevando o número de analfabetos. Com a implementação do PNAIC, programa do governo federal que trabalha a alfabetização, nos reacendeu a esperança que no futuro a

Educação de Jovens e Adultos venha a ter novas perspectivas e possibilidades nas vidas das pessoas jovens e adultas.

REFERÊNCIAS

- AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. **Minidicionário da língua Portuguesa, série: séc.XXI**. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ, 2000
- ARROYO, Miguel G. *Imagens quebradas – trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2004 (4 a . edição).
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2000 (8 a . edição).
- .BRASIL, Currículo da Educação Básica, Ensino Fundamental, Secretária de Educação, Distrito Federal – janeiro/2000
- _____, Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, dez-1996
- _____, Ministério da Educação, Salto para o futuro –Educação de Jovens e Adultos/ Secretaria de Educação á Distancia . Brasília Ministério da Educação, SEED,1999
- _____, Ministério da Educação. Proposta Curricular – 2º segmento, Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental,2ª versão preliminar – setembro de 2001,Brasília-DF
- BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985
- CURY, Augusto Roberto Jamil. **Parecer às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília. DF,2000
- CURY. Augusto Jorge, 1958. **Pais Brilhantes Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro. Ed sextante, 2003
- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4 ed. Ver. – São Paulo: Moraes,1980. (Coleção educação universidade)
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3 ed, - São Paulo:Moraes, 1980
- FREIRE, Paulo *Pedagogia da autonomia: Saberes Necessário á Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 26 ed. Rio de Janeiro- RJ: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'água, 1998.
- GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 3 ed. – São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001 (Guia da escola cidadã, v.5).

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta/** Moacir Gadotti, José E. Romão (orgs.). --- 12 ed.--- São Paulo: Cortez, 2011.

HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, n. 14, maio-ago 2000, p.108-130.

LAROUSSE. **Dicionário da Língua Portuguesa – Paris:** Larousse/São Paulo: Ática, 2000

LDB -51 Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.741, de 16-7-2008. O inciso 3º do artigo 38. Da educação de jovens e adultos.

Leia mais em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-de-jovens-e-adultos-conceito-e-funcoes/17678/#ixzz3Z0hTzTC4>

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da pedagogia.** -- São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social.** 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1998.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos & descontos** ´Ceilândia – DF: Ideia Editora,1997.

MONROE, Paul.**História da educação.** 18 ed – São Paulo Ed.Nacional, 1987 (atualidades pedagógicas v.34)

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos.** 5º Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar introdução crítica.** São Paulo, Cortez Editora, 1987.

RIOS, Dermival Ribeiro, **minidicionário escolar da Língua portuguesa,** DCL São Paulo,SP. 1999, p.267

ROMANELLI,Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 12 ed. – Petrópolis: Vozes,1990

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SANTOS, Luciola Licinio de Castro P. apud Ilma Passos A. Veiga (org) **Caminhos da Profissionalização do Magistério** Campinas-SP: Papirus.

TOBIAS,José Antonio. **História da Educação Brasileira.** 3 ed. – São Paulo: IBASA (Instituto Brasileiro de difusão cultural LTDA)

VEIGA,Ilma Passos Alencastro (org). **Caminhos da profissionalização do Magistério.** Campinas, SP: Papirus,1998.

ANEXOS

Roteiro de entrevista com os discentes

- 1) Que ou quais motivos levou você a não concluir seus estudos antes, ou seja na idade própria ?
- 2) O que levou você a frequentar a educação de Jovens e Adultos?
- 3) Os assuntos passados pela professora, estão voltados para a sua realidade e contribuem para a sua vida pessoal e profissional ?
- 4) Qual a sua relação aluno/professor, e qual a sua opinião sobre o método de ensino da professora ?
- 5) Quais foram as causas que o levou a não concluir o ano letivo?
- 6) Para finalizar gostaria de saber, sua idade e a sua profissão ?

Roteiro de Entrevista com os Docentes

- 1) Como você percebe a Educação de Jovens e adultos em Castanhal?

- 2) Vocês professores da EJA, recebem apoio da secretaria de educação e da escola no que diz respeito á capacitação? Se recebem de que forma se dá, qual sua opinião a respeito da mesma?

- 3) Você sente dificuldades em trabalhar com a Educação de Jovens e adultos? Quais as suas maiores dificuldades?

- 4) Como você ver a Evasão na Educação de jovens e adultos na escola ? A quem ou a que você atribui essa evasão?

- 5) Como se dá o relacionamento professor/ aluno e como você os percebe ?

- 6) No que diz respeito ao Currículo da EJA , você acha que estar de acordo com a realidade da escola e dos seus alunos ?

- 7) Na sua percepção o que leva os alunos da EJA a abandonarem (evadirem) seus estudos antes do final do ano letivo e o que se tem feito para amenizar essa situação ?

- 8) A quanto tempo você trabalha na Educação de Jovens e Adultos em especial na Escola Maria da Encarnação e qual a sua formação ?

Questionário de entrevista para coordenação da EJA

- 1) A SEMED possui plano específico educacional para a Educação de Jovens e adultos?

- 2) A SEMED promove capacitação/formação continuada para os professores que trabalham na EJA e de que forma essa capacitação é ofertada ?

- 3) A Coordenação da EJA, tem conhecimento dos altos índices de evasão que atinge essa modalidade em especial a III etapa e quais as causas, na sua opinião que levam os alunos a se evadirem ?

- 4) Que fatores a coordenação da EJA atribui para o grande número de alunos evadidos?

- 5) Como a Senhora Coordenadora da EJA vê essa modalidade de Ensino em Castanhal? E o que tem feito para melhorar essa modalidade de Ensino?